



**Universidade Eduardo Mondlane**

**Faculdade de Letras e Ciências Sociais**

**Departamento de Sociologia**

**Curso de Licenciatura em Sociologia**

Trabalho de Fim de Curso

**O PAPEL DO OIIL NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL  
ENDÓGENO DO DISTRITO DE BOANE (2008-2010)**

**Discente:** Valério Júlio António Bié

**Supervisora:** Dra. Maria Judite Chipenembe

Maputo, Junho de 2012

**O Papel do OIIL na Promoção do Desenvolvimento Rural Endógeno no Distrito de Boane (2008 – 2010)**

Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane

---

(A Supervisora: Dra. Maria Judite Chipenembe)

Maputo, Junho de 2012

### **Declaracao de Honra**

Eu, Valério Júlio António Bié, estudante do Curso de Licenciatura em Sociologia, na Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, declaro por minha honra que o presente trabalho de Fim de Curso, nunca foi apresentado na sua essência para obtenção de qualquer grau académica e que ele constitui o resultado da minha investigação individual feita com base nas fontes mencionadas na bibliografia e no método descrito no texto.

---

(Valério Júlio António Bié)

### Folha de Aprovação

Este trabalho foi aprovado com \_\_\_\_\_ valores no dia \_\_\_\_\_  
de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_\_ por nós membros do júri do  
Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade  
Eduardo Mondlane.

---

(O Presidente do Júri)

---

(O Oponente)

---

(A Supervisora: Dra. Maria Judite Chipenembe)

### **Dedicatória**

Agradeço primeiramente a Deus, pela saúde, fé e perseverança que tem me dado. Dedico este trabalho ao meu filho Wesley Bié pelo orgulho que me faz sentir de ser pai, o qual tenho-lhe desejado em um futuro próximo, sucessos na carreira estudantil, A minha mãe Ricardina Inês, aos meus irmãos, Nelson, Jorge, Victor, Jaime, Bernardo, António e as minhas irmãs Agostinha da Conceição, (Bélia e Didinha em memória) a quem honro pelo esforço com o qual me apoiaram, através de condições para galgar com êxito na sociedade letrada.

## Agradecimentos

Minha imensa gratidão a Dra. Maria Judite Chipenembe, pela sabedoria e dedicação com a qual supervisionou o meu trabalho, que mesmo tendo várias ocupações, levou em consideração e entregou-se de alma, sendo sensível às diversas situações que lhes foram apresentadas.

O meu apreço aos meus amigos e colegas com especial atenção ao Dr. Jorge Mondlane e a Dra. Cesária Mavone pelo imensurável apoio moral e incentivo a busca de novos conhecimentos, a todos os professores e professoras desde o ensino primário ao superior que muito contribuíram para a minha formação.

Meu agradecimento perpétuo a todo pessoal da equipe técnica distrital e aos membros do conselho consultivo local do distrito Boane assim como as 14 associações beneficiárias do OIIL de 2008-2010 pelo incondicional apoio e disponibilidade durante a recolha de dados para a realização deste trabalho.

Um eterno “*kanimambo*” a turma de sociologia de 2008-2011 pelas calorosas discussões e contribuições, especialmente aos colegas do meu grupo Laquinisse, Elísio, Adelaide, Pascoal e Táles pelas constantes críticas e encorajamento para a finalização deste trabalho.

Imensurável agradecimento a todos os que directa ou indirectamente tornaram possível a realização deste trabalho.

### Epigrafe

*Ao ensinar economia aprendi o que era o dinheiro. E agora, como dirigente de um banco, empresto dinheiro, e o êxito da nossa acção reside na quantidade de notas que os nossos membros, outrora famintos, têm nas mãos. Mas ironicamente, o movimento do microcrédito que é construído em redor, pelo e com dinheiro, não tem no seu âmago, na sua raiz mais profunda, nada a ver com dinheiro. Tem a ver com ajudar as pessoas a realizarem totalmente os seus potenciais. Não tem a ver com capital financeiro, mas com capital humano. O dinheiro é uma mera ferramenta que ajuda à realização dos sonhos, que ajuda as pessoas mais pobres e mais desafortunadas a ganhar dignidade, respeito e um sentido para as suas vidas.*

*[...]. Atribuímos empréstimos para ajudar os mais pobres a ganharem dignidade humana, mas a dignidade, felicidade pessoal, auto-realização, sentido de vida, são coisas que as pessoas criam para si mesmas, pelo seu próprio trabalho, pelos seus próprios sonhos, pela sua vontade e trabalho árduo. A nós, cabe-nos remover as barreiras estruturais que, durante muito tempo, mantiveram as pessoas mais pobres fora do contexto humano.*

*(Yunus, 2007: 367)*

## Resumo

O presente trabalho analisa a implementação do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local mais conhecido por “*sete milhões*” como uma estratégia de desenvolvimento rural endógeno. Partindo do pressuposto de que as estratégias e programas de desenvolvimento rural criadas pelo governo desde a independência (1975) à actualidade não surtiram efeitos desejados, procuramos saber, *como é que o Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIIL) contribui para a promoção e maximização do desenvolvimento rural endógeno do distrito de Boane*. Deste modo, através da operacionalização da teoria do desenvolvimento endógeno e da aplicação de instrumentos de recolha de dados (inquéritos por questionário e entrevistas exploratórias), constatou-se que o OIIL funciona de um lado como uma alavanca de geração de postos de emprego na sua maioria sazonais, e de outro como promotor da descentralização e desconcentração de competências porque é gerido a partir dos Órgãos Locais do Estado mas no entanto, dado o baixo nível do reembolso que afecta a rotatividade e sustentabilidade do OIIL, chegamos a conclusão de que este fundo, a semelhança das outras estratégias implementadas pelo governo (PRE, PARPA, EDR, etc.), não desempenha o papel de promotor de desenvolvimento rural endógeno, mas sim, através da criação de postos de emprego e da promoção da descentralização e desconcentração de competências, cria condições para desenvolvimento rural endógeno e desenvolve o associativismo e a participação criando no entanto uma mudança social.

**Palavras-chave:** OIIL; Desenvolvimento Rural Endógeno.

## Abstract

This monograph analyses the Implementation of Investment Budget for Local Initiative (OIIL) also known as “*seven millions*” as an endogenous rural development strategy. Assuming that the strategies and rural development programs that were created by the government since the independence (1975) to the present did not achieve the desired effects, there were carried out a research to know how the *Investment Budget for Local Initiative (OIIL) contributes for the promotion and maximization of the endogenous rural development in Boane district*. Thus, through the operation of the theory of endogenous development and application of instruments for data collection, it was found that the OIIL works in one hand as a lever to originate employments, seasonal most of the times and by the other hand it promote decentralization it is generated trough State Local Bodies, however, because of the low level on the reimbursement which affect the turnover and sustainability of OIIL, this study concluded that this fund, similarly to the other strategies implemented by the government does not play the role of the promoter of endogenous rural development, but create employment and promotes the decentralization and devolution of powers, creates the conditions for endogenous rural development and develops associative and participation, creating however a social change.

**Keywords:** OIIL; Endogenous Rural Development.

## Índice

<b>DECLARAÇÃO DE HONRA</b> .....	<b>I</b>
<b>FOLHA DE APROVAÇÃO</b> .....	<b>II</b>
<b>DEDICATORIA</b> .....	<b>III</b>
<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>IV</b>
<b>EPIGRAFE</b> .....	<b>V</b>
<b>RESUMO</b> .....	<b>VI</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>VII</b>
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	<b>VIII</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b> .....	<b>IX</b>
<b>LISTA DOS ACRÓNIMOS</b> .....	<b>X</b>
<b>CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO II – QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL</b> .....	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO III – METODOLOGIA</b> .....	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO IV – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>32</b>
4.1- CONTEXTUALIZAÇÃO GLOBAL DO OIIL EM MOÇAMBIQUE .....	33
4.1.1 – ANTECEDENTES .....	33
4.1.2 – OBJECTIVOS DO OIIL .....	33
4.1.3 – USO DE RECURSOS E MUDANÇAS INTRODUZIDAS .....	34
4.1.4 – PAPEL DAS INSTITUIÇÕES NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO OIIL .....	35
4.1.5 – PROJECTOS FINANCIADOS E EMPREGOS CRIADOS .....	36
4.1.6 – NÍVEL DO REEMBOLSO A NÍVEL NACIONAL.....	37
4.2– ANÁLISE DA EXECUÇÃO DO OIIL : O CASO DO DISTRITO DE BOANE .....	37
4.2.1 –FORMAS ADOPTADAS DE COMBATE A POBREZA RURAL NO DISTRITO DE BOANE .....	38
4.2.2 – PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO OIIL .....	39
4.2.3 – CRITÉRIOS DE SELECÇÃO DOS PROJECTOS E DOS BENEFICIÁRIOS .....	43
4.2.4 – CONTRIBUIÇÃO DO OIIL NO DESENVOLVIMENTO RURAL ENDÓGENO .....	48
4.2.5 – NÍVEL DO REEMBOLSO E SUSTENTABILIDADE DO OIIL.....	55
4.2.6 –PERCEPÇÕES DOS MUTUÁRIOS SOBRE O OIIL .....	58

### Bibliografia

### ANEXOS

- ANEXO I – LISTA DE ENTREVISTAS REALIZADAS
- ANEXO II – GUIÃO DE ENTREVISTAS
- ANEXO III - MODELO DO INQUÉRITO
- ANEXO IV – CRONOGRAMA DAS ACTIVIDADES
- ANEXO V – BASE DE DADOS

**Lista de Tabelas**

**Tabela 1:** Lista dos projectos financiados e seleccionados como amostra

**Tabela 2:** Papel das Instituições Ligadas ao OIIL

**Tabela 3:** Projectos Financiados e Empregos criados 2006 a 2010

**Tabela 4:** Valor desembolsado e o reembolsado de 2006 a 2010

**Tabela 5:** Síntese da execução do OIIL de 2008 - 2010

**Tabela 6:** Estado civil em função do Sexo

**Tabela 7:** Agregado familiar em função do Tipo de trabalho

**Tabela 8:** Membros que trazem rendimentos de outras actividades

**Tabela 9:** Forma de obtenção de financiamento em função da Data

**Tabela 10:** Duração do financiamento em função da Data

**Tabela 11:** Formas de atribuição do fundo em função dos Critérios

**Tabela 12:** Tipos de projectos implementados

**Tabela 13:** Relação entre tipo de trabalho e regime de trabalho

**Tabela 14:** Formas de combate ao êxodo rural

**Tabela 15:** Mudanças após beneficiar-se do OIIL

**Tabela 16:** Reembolso do Financiamento

**Tabela 17:** Associações que reembolsaram o financiamento

## **Lista de Gráficos**

**Gráfico 1:** Mapa do Distrito de Boane

**Gráfico 2:** Projectos Financiados e Empregos Criados de 2006 - 2010

**Gráfico 3:** Nível académico em função da Idade

**Gráfico 4:** Tipo de projecto em função do Numero de empregos gerados

**Gráfico 5:** Regime de trabalho em função do Numero de empregos gerados

**Gráfico 6:** Valor do Financiamento

**Gráfico 7:** Valor do Reembolso

**Gráfico 8:** Finalidade do OIIL em função do benefício a PEA's

**Gráfico 9:** Finalidade do OIIL em função da criação do bem-estar

**Lista dos Acrónimos**

**CCL** – Conselho Consultivo Local

**CCPA** – Conselho Consultivo do Posto Administrativo

**CCD** – Conselho Consultivo Distrital

**DNPDR** – Direcção Nacional de Promoção do Desenvolvimento Rural

**EDR** – Estratégia de Desenvolvimento Rural

**ETD** – Equipe Técnica Distrital

**EN2** – Estrada Nacional n.º2

**EP1** – Ensino Primário do 1.º ciclo

**EP2** - Ensino Primário do 2.º ciclo

**ESG1** - Ensino Secundário Geral do 1.º ciclo

**ESG2** - Ensino Secundário Geral do 2.º ciclo

**FDD** – Fundo de Desenvolvimento Distrital

**GD** – Governo Distrital

**GdM** – Governo de Moçambique

**ISCTEM** – Instituto Superior de Ciências e Tecnologias de Moçambique

**IESE** – Instituto dos Estudos Sociais e Económicos

**LOLE** – Lei dos Órgãos Locais do Estado

**MPD** – Ministério da Planificação e Desenvolvimento

**MF** – Ministério das Finanças

**MAE** – Ministério da Administração Estatal

**MICS** – Métodos de Investigação em Ciências Sociais

**ONG's** – Organizações Não Governamentais

**OE** – Orçamento do Estado

**OIIL** – Orçamento de Investimento de Iniciativa Local

**OLE** – Órgãos Locais do Estado

**PARPA** – Plano de Acção Para Redução da Pobreza Absoluta

**PQG** – Programa Quinquenal do Governo

**PQ** – Plano Quinquenal

**PA** – Posto Administrativo

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PEA's** – Pessoas Economicamente Activas

**PEDD** – Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital

**PESOD** – Plano Económico e Social e Orçamento Distrital

**SR** – Sociologia Rural

**SD** – Sociologia do Desenvolvimento

**SE** – Sociologia Económica

**SP** – Seminário de Pesquisa

**SO** – Seminário de Orientação

**SDAE** – Serviços Distritais de Actividades Económicas

**TNEPTFC** – Técnicas e Normas de Elaboração de Projectos e Trabalhos de Fim do Curso

**UEM** – Universidade Eduardo Mondlane

**USTM** – Universidade São-Tomás de Moçambique

## CAPITULO I – INTRODUÇÃO

### Generalidades

O presente trabalho tem como objectivo geral: analisar o papel do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIIL) na promoção do desenvolvimento rural endógeno do distrito de Boane no período entre 2008-2010. Deste modo, procuramos: (I) identificar de que forma os postos administrativos do distrito de Boane, com base no OIIL, estão a responder aos desafios de combate a pobreza rural. (II) avaliar a contribuição do OIIL na maximização do desenvolvimento rural endógeno, através da geração de rendimentos, produção de alimentos e a criação de emprego no distrito de Boane; (III) distinguir os beneficiários do OIIL no distrito de Boane. (IV) identificar os critérios usados para a selecção dos beneficiários e dos projectos.

Moçambique é um país cuja maior percentagem da população (70%) encontra-se nas zonas rurais dedicando-se basicamente a agricultura de subsistência para a sua sobrevivência. De igual modo, é nestas zonas em que se encontra 69% da população pobre e analfabeta, factor este que motivou o governo a tomar o distrito como pólo de desenvolvimento (INE, 2007; *apud* Sambo, 2008, p.4).

O Governo de Moçambique definiu no seu Plano Quinquenal 2005-2009, o distrito como pólo de desenvolvimento económico, acção esta que foi acompanhada por um processo de descentralização e desconcentração de competências. Neste processo os recursos passaram a ser geridos a nível dos distritos, contando com a participação das comunidades locais na definição de prioridades e afectação de recursos (Jossai, 2008).

Assim, o desenvolvimento rural passou a ser o centro das atenções da acção do governo através da definição de políticas, programas e intervenções visando obter um impacto na melhoria das condições de vida das populações e na sua participação efectiva nos processos de desenvolvimento. Entretanto, em 2005 o Governo de Moçambique através da lei *12/2005 de 23 de Dezembro de 2005*, decidiu alocar fundos de investimento aos governos distritais dando cumprimento a Lei dos Órgãos Locais do Estado (MPD, 2009).

Neste âmbito, o GdM criou o OIIL a luz da lei 8/2003 de 19 de Maio e do decreto 11/2005 como bases legais, aprovado em 2005 (através da lei 12/2005 de 23 de Dezembro que aprova este orçamento inicial para o ano de 2006 (MPD, 2009).

A utilização do OIIL sofreu alterações. No primeiro ano da sua alocação porque não existia nenhuma orientação, os distritos usaram o orçamento no apetrechamento de infra-estruturas da administração, tendo o MF em coordenação com o MPD emitido a circular 101/GM/MF/06 na qual divulgam orientações metodológicas para a execução do OIIL, que passou a ser usados em infra-estruturas sociais e projectos de desenvolvimento económico. No entanto, O GdM deu novas orientações para que o OIIL passasse a ser usado para incentivar o empreendedorismo local através do financiamento de projectos que visam a produção de comida, geração de rendimentos e criação de postos de trabalho (METIER, 2009).

Considerando que em Moçambique tem-se verificado o fracasso de alguns programas e estratégias que visam estimular o desenvolvimento rural pelo facto de incorporar modelos que não se ajustam a sua realidade, quer pela sua imposição externa, quer pelo não conhecimento significativo das áreas pobres, nesta pesquisa, abordou-se o papel do OIIL, como uma nova estratégia endógena para a promoção do desenvolvimento rural.

Para tal, o trabalho foi estruturado da seguinte forma: num 1º momento delimitamos o tema em estudo, formulamos os objectivos e o problema da nossa pesquisa e justificamos o porque da nossa escolha e seguidamente trouxemos a teoria base e os principais conceitos; a posterior, mostramos as diferentes fases que foram obedecidas na execução da pesquisa e por último apresentamos a nossa análise e interpretação dos resultados, assim como as conclusões que chegamos como corolário do trabalho de campo.

## **Delimitação do Tema**

A noção de desenvolvimento é vasta, podendo se referir ao desenvolvimento humano, político, cultural, urbano, rural, económico, social, integrado, sustentável, etc. Nesta pesquisa, abordamos a questão do desenvolvimento rural, que consiste na promoção de soluções de engenharia adequadas as especificidades de comunidades rurais de pequena dimensão, fomentando a minimização de carências e da valorização de recursos endógenos de forma eficaz e sustentável.

Adoptamos uma abordagem endógena e não exógena do desenvolvimento rural, porque a perspectiva endógena, postula o desenvolvimento feito com recursos oriundos da própria região que permitem maximizar a utilização de fornecedores de materiais e serviços locais, enquanto que a perspectiva exógena defende um desenvolvimento feito com investimentos oriundos de fora da região, que pode contribuir para o desprezo da cultura empresarial local, não aproveitando recursos humanos de alto nível local (Sousa Filho, 2011).

Analizamos o papel do OIIL no distrito de Boane para perceber de que forma este fundo permite o desenvolvimento do distrito, se houve planificação participativa junto a população local, através de financiamento de pequenos projectos que incentivam o empreendedorismo local na perspectiva de produção de comida, geração de rendimentos e criação de postos de trabalho.

Neste âmbito, tomamos o distrito de Boane como um estudo de caso, dado que este demonstra um conjunto de recursos disponíveis localmente (naturais e culturais) e apresenta algumas potencialidades em termos de actividades económicas produtivas, que se encontram a serem desenvolvidas ou em pequena escala ou não exploradas devido a falta de acesso aos recursos financeiros, daí a pertinência do estudo do OIIL neste distrito, especificamente com as associações beneficiárias do OIIL, visto que estas constituem um dos principais critérios de elegibilidade para atribuição do fundo. O Governo introduziu critérios de diferenciação para o processo de atribuição deste fundo em 2007, razão pela qual, a nossa análise terá como epicentro, a sua execução nos três anos a posterior (2008-2010).

## Formulação do Problema

Para uma melhor compreensão do papel dos OIIL na promoção do desenvolvimento rural endógeno do distrito de Boane, fizemos uma revisão de literatura onde se destacaram os seguintes autores: Sambo (2003) e Nguenha (2007) que tratam da extensão rural, Pereira (2007) e Maússe (2009) que abordam a questão do associativismo agrícola, Ossumane (2008) e Nenane (2007) que abordam o microcrédito rural e por último Valá (2010) e Jossai (2008) que tratam das políticas de desenvolvimento.

No entanto, importa salientar que devido a escassez e o acesso a obras publicadas sobre o assunto em Moçambique, houve a necessidade de se recorrer a trabalhos de fim de curso que abordam temáticas relacionadas com o objecto de estudo em análise nesta pesquisa.

No primeiro grupo, encontramos Sambo (2003) e Nguenha (2007) que desenvolveram pesquisas que relacionam a extensão rural com o desenvolvimento rural; Sambo (2003) desenvolveu um trabalho de fim de curso intitulado: Extensão Rural – Estudo de Caso no Distrito de Magude, onde tentou perceber a relação entre extensão rural e desenvolvimento rural como uma relação de meios e fins, na perspectiva de compreender em que medida a extensão rural constitui o meio mais adequado para se alcançar um fim que é o desenvolvimento rural.

Nguenha (2007), por seu turno, efectuou no seu trabalho de fim de curso, uma pesquisa de nome: O Papel do Extensionista Rural no Desenvolvimento das Comunidades – O Caso da Cooperativa 25 de Setembro no Distrito de Boane com vista a perceber a contribuição do Extensionista rural no desenvolvimento das comunidades rurais no sentido de identificar e demonstrar de que forma o Extensionista rural a partir do seu papel, cria uma coesão nas comunidades, ajudando-as na solução dos problemas endógenos de modo a contribuir para a melhoria das condições de vida dos camponeses e para o desenvolvimento das suas comunidades.

Neste trabalho, Sambo (2003) teve como objectivo geral, analisar o programa de extensão rural implementado no distrito de Magude entre 1994 e 2000, bem como demonstrar que relação existe entre extensão rural e extensão agrícola. Procurou também problematizar a noção de extensão rural que opera no distrito e analisar a maneira como a extensão rural pode contribuir para o desenvolvimento rural em Magude. Nguenha (2007), por seu turno, procurou discutir as percepções que as comunidades de Boane e em particular da cooperativa 25 de Setembro têm do papel do Extensionista rural. Por outro lado, buscou analisar a relação entre o Extensionista rural e as cooperativas no processo de desenvolvimento agrícola.

Entretanto, ambos chegaram a conclusões diferentes. Sambo (2003) chegou a conclusão de que os resultados do desenvolvimento rural são pouco significativos visto que a extensão rural é reduzida a extensão agrícola, o que limita a possibilidade de se buscarem estratégias que contribuam para o desenvolvimento rural daí que em Magude não se faz extensão rural mas sim agrícola, o que contribui negativamente para o desenvolvimento rural porque a própria extensão rural por si só não contribui para o desenvolvimento rural. Nguenha (2007), chegou a conclusão de que a imagem do extensionista rural é construída a partir da experiência adquirida na sua interacção no processo da produção agrícola pois este contribui positivamente para os aspectos de integração na cooperativa 25 de Setembro através dos trabalhos quotidianos com a comunidade.

No segundo grupo da nossa revisão da literatura, deparamos Pereira (2007) e Maússe (2009) que abordam a questão do associativismo como factor de desenvolvimento rural. Pereira (2007), no seu trabalho de fim de curso denominado “o Papel das Associações Agrícolas na Promoção do Desenvolvimento Local em Moçambique (2001-2007): o caso da Associação Samora Machel no Distrito Urbano IV, Cidade de Maputo”, teve como objectivo geral, identificar o papel, grau de sustentabilidade e o impacto das acções das associações para a promoção do desenvolvimento local. Procurou também analisar o papel, os constrangimentos, os pontos fortes bem como os desafios que se colocam a associação na promoção do desenvolvimento local; Identificar o papel e o grau de sustentabilidade da associação e o seu impacto para o desenvolvimento local.

Maússe (2009), por seu turno, na sua obra sobre Pobreza, Participação e Desenvolvimento Rural em Moçambique: Estudo de Caso na Localidade de Chijinguire, Pretendeu discutir de forma crítica, o impacto da participação comunitária no combate a pobreza, bem como perceber as diferentes formas de participação e os aspectos que dificultam ou favorecem uma participação activa das comunidades nos programas e projectos de desenvolvimento comunitário-rural em Moçambique.

Ao avaliar o papel da participação no processo de desenvolvimento rural, Maússe (2009) defende que a participação, manifestando-se através do associativismo agrícola, constitui um elemento fundamental e umas das estratégias para a promoção do desenvolvimento rural através do fomento de actividades agrícolas e outras iniciativas sócio-económicas, Pereira (2007), tendo feito a análise em torno do associativismo como estratégia de promoção do desenvolvimento local, chegou a conclusão de que as associações agrícolas apenas têm uma existência mínima, não contribuindo significativamente para o processo do desenvolvimento local, em virtude do seu deficiente funcionamento relacionado a fraca dinâmica interna e organizacional dos órgãos directivos, a falta de sustentabilidade e a crescente dependência desta face aos recursos externos para o seu funcionamento.

No terceiro grupo da nossa revisão, encontramos Osumane (2008) e Nenane (2007), que abordam a questão do micro-crédito rural e suas políticas como estratégia de desenvolvimento rural. Osumane (2008) realizou no seu trabalho de fim de curso, uma pesquisa designada Micro-Finanças e Desenvolvimento Rural: O Caso da Cooperativa de Crédito dos Micro-Empresários de Angónia, onde analisou as estratégias utilizadas pela Cooperativa de Crédito dos Micro-Empresários de Angónia de forma a garantir a sua subsistência e ao mesmo tempo promover o desenvolvimento rural e estudar a relação existente entre as micro-finanças e o desenvolvimento rural.

Nenane (2007), por sua vez, no seu trabalho de fim do curso, elaborou uma pesquisa sobre a Problemática do Crédito Agrícola no Contexto do Desenvolvimento Rural: Necessidade, Implicações e Alternativas, onde procurou analisar criticamente as políticas de crédito adoptadas em Moçambique no período pós-independência avaliando o seu impacto no desenvolvimento rural. Verificou também em que medida as políticas

de crédito formuladas para o sector agrícola contribuem para o incremento da produção e para a redução dos níveis de pobreza rural em Moçambique.

A conclusão da pesquisa desenvolvida por Nenane (2007), sugere que o desenvolvimento de mercados financeiros rurais mostram-se mais viáveis e é necessário que se desenhe e se implemente um modelo de mobilização de poupanças adequado ao ambiente rural tendo em consideração as necessidades, hábitos, costumes e as motivações da população rural bem como as dimensões dessa população; concluiu também que o crédito e a banca são os problemas da agricultura mencionados com mais frequência em Moçambique e a sua ausência ou escassez nas zonas rurais, constitui um dos principais impedimentos ao desenvolvimento rural.

Reciprocamente, Ossumane (2008) identificou as diferentes variáveis que contribuíam para a sustentabilidade da Cooperativa e a forma como esta tem vindo a influenciar positivamente os seus mutuários no combate à pobreza e contribuído para o desenvolvimento rural, tendo se destacado que o papel das micro-finanças é reconhecido como preponderante na luta contra a pobreza através da disponibilização de recursos financeiros para micro-empresendimentos que contribuem para o auto emprego e geração de rendimentos, contribuindo para o desenvolvimento rural.

No quarto grupo da nossa revisão da literatura, confrontamos Valá (2010) e Jossai (2008) que abordam a questão das políticas e estratégias de desenvolvimento rural. Valá (2010), na sua obra sobre Desenvolvimento Rural em Moçambique: Um Desafio ao Nosso Alcance, faz uma abordagem sobre o desenvolvimento rural no país, mas focalizado para algumas temáticas como as políticas e estratégias de desenvolvimento rural, as dinâmicas da economia rural, o financiamento ao desenvolvimento rural e questões institucionais, a administração pública e o processo de descentralização, o contributo da sociedade civil, o papel vital da turismo e da agricultura, tendo como “pano de fundo” o Distrito e o Combate à Pobreza.

Jossai (2008), desenvolveu uma pesquisa tendo tema Políticas de Desenvolvimento – Impacto Sócio-Económico da Política do Distrito Como Pólo de Desenvolvimento: O Caso do Distrito de Nacala (1997-2007) tendo como principal propósito, a determinação do impacto sócio-económico do distrito como pólo de desenvolvimento sócio-

económico de Moçambique baseando-se na aplicação de políticas económicas orientadas para o desenvolvimento. Paralelamente, analisou se a política adoptada estará voltada a criação de postos de emprego capaz de gerar rendimentos no seio da população local.

Valá (2010) Argumenta que os constrangimentos ao desenvolvimento rural são múltiplos, antigos e profundos e para a remoção desses obstáculos requer-se uma abordagem integrada e holística, em que se ataque as causas e não apenas os efeitos dos problemas, e que conjugue a implementação dos vectores determinantes de intervenção como o financiamento, os mercados, as infra-estruturas, a assistência técnica e capacitação, as tecnologias, as questões institucionais e o adequado ambiente de negócios.

Com a pesquisa, Valá (2010) procurou mostrar que o desenvolvimento rural é um objectivo, é uma meta, é uma prioridade e também, é um problema daí que para o autor, o foco principal da acção governativa está em resolver os principais obstáculos que impedem que as famílias rurais de Moçambique controlem melhor os seus destinos e trabalhem para tornar realidade os seus sonhos.

Enquanto que Jossai (2008), chegou a conclusão de que o paradigma de desenvolvimento e a estratégia do distrito como pólo de desenvolvimento é feliz na sua concepção pois mesmo sem admitir formalmente, esta política não ignora o sector familiar, informal; esta política produz um impacto sócio-económico inferior ao desejado devido a existência de interesses antagónicos entre o distrito municipal de Nacala e os órgãos do Estado, mas também, tem impacto positivo na medida em que serve de alicerce para a satisfação das necessidades básicas das populações locais, criando postos de emprego e reduzindo as assimetrias regionais.

Entretanto, vários autores defendem que o desenvolvimento de Moçambique passa pela exploração rentável e sustentável do potencial existente nas zonas rurais, isto é, pela revitalização da economia rural (Negrão, 2003; Mosca, 2005; Castel-Branco, 1995; Francisco, 2006; Adam, 2006; *apud* Valá, 2007, p.2) só para citar alguns exemplos. Mas como fazer isso? O que é que aconteceu com a estratégia de “socialização do campo”, com os programas de desenvolvimento rural integrado, com a estratégia dos “pólos de desenvolvimento”, com os programas de ajustamento estrutural, com as iniciativas de

desenvolvimento comunitário e com “outras modas de desenvolvimento rural” (Negrão, 1997 *apud* Valá, 2007, p.2) que foram “laboratorialmente testadas”? O que esteve errado? Porque as intenções não foram alcançadas (Valá, 2007)?

No entanto, todas estas abordagens defendem que o desenvolvimento rural é possível a partir da promoção e financiamento de actividades agrícolas, de políticas sócio-económicas e programas de extensão rural, do associativismo agrícola e participação comunitária como estratégias de desenvolvimento, e do papel das micro-finanças e mercados financeiros; de uma ou de outra forma, estas abordagens dão maior ênfase ao fomento da agricultura como paradigma principal para o desenvolvimento rural, deixando de lado a importância de outras actividades como pecuária e serviços de indústria local que não sejam agrícolas, mas que, uma vez potencializadas, podem impulsionar o desenvolvimento rural.

Deste modo, várias foram as tentativas de criação de estratégias e programas para o desenvolvimento rural conforme citamos acima, mas falharam porque não foram endógenos, integrados e sustentáveis, razão pela qual, nesta pesquisa analisamos o desenvolvimento rural a partir do OIIL como uma nova estratégia endógena e integrada que visa financiar actividades que não sejam somente ou necessariamente agrícolas, mas que puderam promover o desenvolvimento rural, visto que existem comunidades rurais extremamente pobres que por si só não conseguem sair da situação em que se encontram e numa situação dessas elas precisam de alguma ajuda que se traduza num investimento capaz de lhes conduzir ao «*Take off*» (Sachs, 2006; Chambers, 1995 *apud* Sambo, 2008).

Segundo Castel-Branco (1996), há pelo menos, quatro razões principais que justificam a prioridade de inserir o processo de desenvolvimento rural no quadro do desenvolvimento da economia nacional: (1) a maior parte da população vive no campo; (2) a acumulação e a rentabilidade da economia nacional têm bases no campo e são sustentadas pelo campesinato; (3) a equidade, uma das condições centrais para o desenvolvimento sustentável e rápido requer o desenvolvimento rural; (4) o campo é palco da convivência e conflito da maior parte das forças políticas nacionais.

Face a este debate e mediante o fracasso dos programas e estratégias implementadas em Moçambique, *como é que o Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIL) contribui para a promoção e maximização do desenvolvimento rural endógeno no distrito de Boane?*

### **Hipótese**

- A institucionalização do OIL contribui para impulsionar a dinâmica da economia rural através da criação de novos postos de empregos e potencialização dos já existentes;

### **Variáveis**

#### **Independente**

- O OIL como promotor do desenvolvimento rural.

#### **Dependentes**

- Postos de emprego gerados a partir da aplicação do OIL.
- Nível de reembolso que garante a sustentabilidade do OIL.

## Justificativa

A escolha do tema está relacionada com o acesso a literatura que descreve o contexto histórico de Moçambique, pois foram vários os programas e estratégias que o governo implementou desde a independência com vista a reduzir a pobreza principalmente no meio rural, desde a socialização do campo, o programa de reabilitação económica, o programa de ajustamento estrutural, os programas de desenvolvimento rural integrado, o plano de acção para redução da pobreza absoluta, a estratégia dos pólos de desenvolvimento. Não obstante, volvidos 37 anos, continua a existir famílias que vivem com menos de USD 1 por dia (PARPA, 2006) e a pobreza continua com índice elevado e o GdM (2007) introduziu o OIIL, razão pela qual analisamos se o OIIL estará a surtir os efeitos desejados.

Sendo o OIIL destinado aos mais pobres, a abordagem sobre a sua actuação na vida dos beneficiários é pertinente do ponto de vista sociológico porque o OIIL através da produção de comida, criação de postos de emprego e geração de rendimento, auxilia os processos de mobilidade social ascendente a certos indivíduos ou grupos mudando a sua situação no decurso da sua vida; o que por sua vez conduz a um processo de mudança social, cuja sua compreensão constitui um dos aspectos chaves da sociologia.

Para Pezzini (2003), o desenvolvimento de uma região depende também de factores endógenos, e não exógenos ou externos a ela, e ainda da inclusão máxima da população local, visando garantir um desenvolvimento endógeno sustentável. Por conseguinte, a região dotada destes factores ou estrategicamente direccionada para desenvolvê-los internamente reuniria as melhores condições para atingir um desenvolvimento acelerado, equilibrado e sustentável, daí que analisamos o desenvolvimento rural endógeno no distrito de Boane.

Porque o distrito de Boane apresenta algumas potencialidades em termos de actividades económicas produtivas, geradoras de rendimento e postos de trabalho, que se encontram a serem desenvolvidas ou em pequena escala ou não exploradas devido a falta de acesso aos recursos financeiros, constitui a pertinência do estudo do OIIL, concretamente no período que vai de 2008 a 2010, visto que somente em 2007, o Governo introduziu critérios de diferenciação para o processo de atribuição deste fundo, daí que a nossa

análise terá epicentro o período de 2008 a 2010 porque os dados disponíveis só iam até 2010.

Em um processo de desenvolvimento rural endógeno, a ênfase maior está na mobilização de recursos regionais latentes, privilegiando-se o esforço de dentro para fora, na promoção do desenvolvimento regional (Sousa Filho, 2000).

Segundo Castel-Branco (1996), sem a organização social, sem a mobilização dos factores produtivos locais e sem a inclusão da população economicamente activa local, qualquer estratégia de desenvolvimento, não passará de mera estratégia de crescimento económico, e não alcançará êxito por que deixará à margem aqueles que deveriam ser o próprio foco do processo, razão pela qual, a relevância desta pesquisa assentar na análise dos OIIL por este direccionar-se a população pobre e ser atribuído sem exigências de garantias, do mesmo modo que permite a inclusão da população local na sua gestão a partir dos conselhos consultivos locais, o que não se verificou em outros programas e estratégias anteriores.

Se a atribuição de fundos aos distritos constitui um aspecto de grande importância no processo do desenvolvimento rural endógeno, pouca ou quase nenhuma análise tem sido desenvolvida no sentido de captar a pertinência desta estratégia para o melhoramento das condições de vida a nível local. Esta pesquisa pretende demonstrar a pertinência da atribuição de fundos aos distritos para perceber como é que garantem o desenvolvimento endógeno, aspecto este de grande importância ao nível da sociologia económica, rural e do desenvolvimento.

## CAPITULO II – QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL

Neste capítulo, procuramos estabelecer a relação que existe entre a formulação do problema e o enunciado da hipótese a partir da problemática do desenvolvimento rural, na perspectiva da *teoria do desenvolvimento endógeno* que dá primazia aos recursos endógenos (físicos, humanos e culturais) e ao poder local.

### **Teoria de Base - A teoria do Desenvolvimento Endógeno**

A problemática do desenvolvimento rural tem sido analisada a partir de várias vertentes teóricas dentre as quais destacam-se: a teoria neoclássica, a keynesiana, a de dependência, da modernização, de produção, de capital social, a estrutural-funcionalista, exógena e endógena, dentre outras não menos relevantes para análise do desenvolvimento rural.

Entretanto, nesta pesquisa, tivemos como fio condutor a teoria do desenvolvimento endógeno porque segundo Pezzini (2003), defende o desenvolvimento por via do aproveitamento dos próprios recursos (naturais, humanos e culturais) e potencialidades endógenas de um determinado território e a promoção de iniciativas locais através da cooperação, do associativismo, e de parcerias e pactos regionais. Esta teoria parte do pressuposto que factores decisivos no processo de desenvolvimento local são definidos no interior das regiões ou localidades e não de forma exógena, daí que as comunidades, dotadas destes factores ou estrategicamente direccionadas para desenvolve-los teriam as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado; o que permitirá a construção de capacidades, habilitações e aptidões locais e superação da exclusão social, económica e política.

Com a teoria de desenvolvimento endógeno na concepção de Sousa Filho (2000), não se pretendeu observar o fecho ou o isolamento local, regional, nem mesmo o autocentrismo e a auto-suficiência. A ideia do desenvolvimento endógeno baseia-se na execução de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas visando sempre a consolidação de um desenvolvimento originalmente local, criando condições sociais e económicas para geração de atracção de novas actividades produtivas dentro de uma perspectiva de economia aberta (Amaral Filho, 1996).

Outro pressuposto básico da teoria é o de dar maior relevância a sociedade civil na participação do seu próprio desenvolvimento, e mais do que isso, na visão de Boisier (1997), a sociedade civil, e nela compreendida as formas locais de solidariedade, de integração social e cooperação, pode ser considerada o agente principal da transformação sócio-económica a nível local pois uma das chaves do desenvolvimento local reside na capacidade de cooperação dos seus actores.

Neste caminho, segundo Sousa Filho (2000), uma das maiores contribuições da teoria endogenista foi mostrar que os factores determinantes ao desenvolvimento regional são aqueles existentes dentro da região, e não exteriores à ela como durante muito tempo foi entendido. Ainda na mesma perspectiva, Barquero (1988) considera que o desenvolvimento endógeno ao dar relevância a sociedade civil, e aos seus processos de organização e relação social, permite que a região atinja um desenvolvimento equilibrado e sustentável a longo prazo, sem entrar em conflito directo com a base social e cultural da região.

A teoria de desenvolvimento endógeno, procura explorar as energias, competências e recursos locais que correspondem as reais necessidades das comunidades, além disso ela não engloba apenas a dimensão económica mas também a sócio-cultural pois uma comunidade cujos membros não se sentem unidos em torno de um projecto comum, é uma colectividade que não é capaz nem de reter os recursos humanos, nem de resistir a pressões económicas e sociais vindas do exterior (Delnet, 2002 *apud* Pereira, 2007, P.40)

Segundo Diniz e Gerry (2002) a teoria de desenvolvimento endógeno actua tipicamente mais no sentido de baixo para cima e dentro das suas principais políticas, há uma maior ênfase na exploração sustentável de recursos locais – físicos, humanos, culturais e patrimoniais – através de políticas mais adaptadas às condições e dotações locais, com maior autonomia exercida pelos agentes locais, bem como o fortalecimento das capacidades do poder local de agir pro-activamente.

Através da teoria do desenvolvimento endógeno, pretendemos olhar para o desenvolvimento rural como sendo um processo fundamentalmente endógeno e participativo. Neste contexto, interessou-nos a partir desta teoria, analisar de que forma

são valorizados e explorados os recursos disponíveis a nível local em prol do desenvolvimento e qual o nível de participação das comunidades locais no processo.

Para a nossa pesquisa a teoria do desenvolvimento endógeno revelou-se relevante na medida em que reflectiu sobre um dos aspectos essenciais para uma estratégia de desenvolvimento rural: a valorização dos recursos locais disponíveis (humanos, naturais, económicos, financeiros, políticos, culturais e institucionais) no processo de desenvolvimento rural do mesmo modo que usamos as dimensões económica, política e social.

## **Quadro Conceptual**

Como forma de permitir a compreensão do objecto de pesquisa, realçamos a definição dos conceitos relevantes que foram usados com destaque para os seguintes: OIIL e Desenvolvimento Rural Endógeno.

## **Desenvolvimento Rural Endógeno**

O conceito de Desenvolvimento Rural Endógeno é muito vasto e para a sua definição, há necessidade de se recorrer a outros conceitos que o constituem como Desenvolvimento, Rural, Desenvolvimento Rural e Desenvolvimento Endógeno de modo facultar a explicação e compreensão da subjectividade assente neste conceito.

Nos últimos cinquenta anos, o termo desenvolvimento alcançou no campo dos estudos sociais, políticos e económicos uma singularidade histórica, sendo intensamente discutido no espaço académico. Partindo das formulações de Oakley & Garforth (1985), observa-se que o desenvolvimento está associado a três dimensões: económica, social e humana. Portanto, quando se fala em desenvolvimento, não se fala apenas de desenvolvimento económico, mas em um equilíbrio entre o económico, o humano e o social. Calcagno (1990: 45) entende por desenvolvimento:

*“Os processos de crescimento e de troca relacionados sistematicamente entre si e que expressam uma aspiração por uma sociedade melhor. São incorporados a este conceito, elementos de poder político, económico, social, tecnológico, sectorial e*

*regional, que configuram o tipo de sociedade a qual se quer chegar” (Calcagno, 1990: 45).*

Actualmente entende-se que os factores determinantes do desenvolvimento têm carácter multidimensional, onde cada dimensão tem uma certa autonomia, porém, com efeito de alavancagem de outras dimensões. Assim, tem-se o desenvolvimento: económico, social, cultural, ambiental, físico-territorial, político-institucional, científico-tecnológico.

Desenvolvimento é a expansão de oportunidades e aumento das capacidades humanas necessárias para a exploração destas oportunidades (Doner, 1972). Na perspectiva de Beltrão (1972) define o desenvolvimento como sendo:

*Um processo inédito e irreversível de mudanças sociais, através do qual se instaura numa região um mecanismo endógeno de crescimento económico cumulativo e diferenciado... Um processo cumulativo, subjacente a acção de todos factores, económicos ou não económicos (Beltrão, 1972:119-127, apud Maússe, 2009: 66).*

Na concepção de Maússe (2009: 66-67), o desenvolvimento é definido como sendo um processo de mudança social na medida em que se observam no seu decorrer, transformações inéditas e irreversíveis em todos os demais elementos do contexto social e instaura-se numa região.

Para a nossa pesquisa, o conceito de Beltrão é o mais relevante porque considera o desenvolvimento como um processo de mudança social, o que constitui uma mais-valia pelo facto de nos permitir a compreensão das diferenças entre regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas e que mecanismos podem ser usados para tirar os distritos do subdesenvolvimento no qual se encontram mergulhados.

Na concepção de Friedland (2000), os sociólogos rurais despendem muito tempo explorando as diferenças existentes entre a sociedade “urbana” e a “rural”. Enquanto grande parte da abordagem conceitual procurou encontrar diferenças nas variáveis sócio-demográficas, comportamentais e culturais, e houve a importante descoberta de que rural e urbano eram menos polaridades ou elementos de uma dicotomia que estágios ao longo de um contínuo.

Segundo Buttel & Newby (1980: p.4 *apud* Schneider, 1997) a maior parte dos sociólogos rurais americanos relutou em aceitar que o termo “rural” não configurava um objecto científico, pois se limitava a uma categoria empírica, uma expressão geográfica vazia de conteúdo conceitual.

Como explica Baptista (2001), a sociologia rural distinguia rural e urbano.

*Estabelecendo a conexão entre os elementos caracterizadores do primeiro e procurando explicar com base em algumas variáveis (ocupacionais, tamanho das comunidades, densidade populacional, homogeneidade e heterogeneidade das populações, diferenciação e complexidade social, mobilidade social, migrações, sistema de integração social), os diferentes graus do rural e do urbano, que se ordenavam no espaço, sem rupturas, num contínuo gradual entre os pólos extremos (Baptista, 2001: 55 *apud* Kageyama, 2004: 3).*

Bealer *et al* (1965 *apud* Friedland, 2000: 8), por exemplo, sugeriram três conjuntos de variáveis para definir o rural: ecológicas, ocupacionais e culturais, respectivamente equivalentes à densidade populacional, agricultura, valores e normas. Os autores examinaram cada variável e sugeriram que cada qual comportava suas próprias ambiguidades e problemas conceituais.

Terluin (2003), em um estudo sobre o desenvolvimento económico e área rural, adopta a seguinte definição de rural:

*Uma unidade territorial com uma ou mais pequenas ou médias cidades circundadas por grandes áreas de espaço aberto, com uma economia regional compreendendo actividades agrícolas, industriais e de serviços e uma população com densidade relativamente baixa (Terluin, 2003: 328 *apud* Kageyama, 2004: 4).*

Nesses termos, o rural pode ser, em alguns contextos, expressão da tradição, da autenticidade das relações interpessoais, do simples, do atraso, como também pode, através de uma reelaboração simbólica por parte dos atores sociais, conter ícones da modernidade e ser expressão de uma modernização que se realiza em espaços tipicamente urbanos (De Paula, 1999 *apud* Carneiro, 2000).

O rural é tido como uma categoria genérica, universal e destituída de um conteúdo relacional, ainda que historicamente contextualizada. É possível dizer que essa caracterização toma como base a imagem do chamado “rural profundo”, ou seja, do rural intocado, “autêntico” que em última instância, o ponto de clivagem entre o rural e o urbano, nessa é sustentado, portanto, pela visão que identifica o rural ao agrícola.

Se, então, rejeitamos as dicotomias que terminam por definir um lado em função da negação do outro, ou seja, que levam a olhar um pólo (o campo) através dos olhos do outro (a cidade), acabamos por aceitar o fato de que esta dinâmica pode terminar reforçando, ou mesmo engendrando, identidades territoriais apoiadas no sentimento de pertencimento a uma localidade. Como defende Carneiro (2000)

*Diferentes culturas locais elaboram, de uma maneira bem própria, a interação entre as representações do “rural” e do “urbano”. Nessa linha argumentativa, as categorias rural e urbano não designariam espaços ou propriedades empiricamente observadas, mas representações sociais (Carneiro, 2000: 82).*

Eis a pertinência do estudo do rural na nossa pesquisa, assente no facto de se considerar o rural como uma categoria que através do seu estudo, podemos sensibilizar para o fim da dicotomia rural/urbano e estimular o desenvolvimento rural visto que o rural, nada mais é do que uma representação social.

A abordagem de desenvolvimento rural em Moçambique concebe o desenvolvimento rural como sendo um processo que articula os esforços nas esferas do crescimento económico, a equidade social, o uso racional de recursos naturais e governabilidade, com o objectivo de melhorar as condições de vida da população mediante uma transformação produtiva, sem arriscar a satisfação das necessidades fundamentais das gerações futuras.

O desenvolvimento rural pode ser enquadrado no desenvolvimento económico em geral, tendo em conta o desenvolvimento rural integrado e endógeno. Na concepção de Matos (1991), pensar em desenvolvimento rural endógeno implica priorizar o potencial endógeno e o desenvolvimento rural integrado significa tomar em consideração a participação dos nativos na fase da sua elaboração, razão pela qual, muitos projectos de desenvolvimento rural falham porque não tomam em consideração uma série de factores na fase de sua concepção e implementação.

Enquanto que Veiga (2002), por seu turno, considera o desenvolvimento rural como sendo a urbanização do meio rural, isto é, um processo que visa prolongar até a zona rural, os benefícios urbanos tais como: electricidade, transporte, água – ou favorecer um maior acesso da população rural a bens e serviços sociais educação, saúde, atendimento bancário em geral concentrados numa sede municipal.

Calatrava (1995), propõe um modelo de desenvolvimento rural ao que atribui características de integral, endógeno e sustentável, razão pela qual, a noção de desenvolvimento rural é de extrema importância para a nossa pesquisa, visto que não se pode conceber o desenvolvimento rural se este não estiver baseado no fomento das actividades locais (agricultura, pecuária, pesca, comércio, turismo, etc.) e sua articulação com o sistema sociocultural local, como suporte para a manutenção dos recursos naturais.

Para efeitos da nossa pesquisa usaremos os conceitos de Rodrigues (2006) que define o desenvolvimento rural como expressão que faz referência a acções e iniciativas levadas a cabo para melhorar a qualidade de vida das comunidades não urbanas, que abarcam quase a metade da população Moçambicana assim como do MPD (2007) que olha para o desenvolvimento rural como sendo o processo de melhoria das condições de vida, trabalho, lazer e bem-estar das pessoas que habitam nas áreas rurais.

Conceitua-se o desenvolvimento endógeno com um processo de crescimento económico, porém acompanhado de mudança estrutural generalizada, sob a liderança da sociedade local, utilizando seu próprio potencial, de modo a conduzir à melhoria da qualidade de vida de toda a população, integrando o social ao económico, acrescentando-se as dimensões culturais e ambientais.

O desenvolvimento endógeno para Long e Ploeg (1994) é construído principalmente, ainda que não exclusivamente, sobre os recursos localmente disponíveis, tais como as potencialidades da ecologia local, da força de trabalho, conhecimentos e modelos locais para articular produção e consumo, etc.

Para Remmers (2000) o desenvolvimento endógeno é aquele que entende e fomenta a capacidade localizadora dos actores locais. Em palavras de Remmers (1998:11), um processo que não significa só a produção e o consumo de recursos num contexto espacial reduzido, ainda que possa significá-lo. Sobretudo é um processo social em que as pessoas progressivamente percebem que tem um maior controlo sobre a direcção de suas vidas, num esforço para expressar e fazer valer, dentro de um contexto global e articulando-se com ele, a peculiar qualidade de seu lugar de vida, tanto na sua vertente de recursos naturais e humanos como na vertente de controlo do processo de desenvolvimento.

Ou como muito bem define Guzmán (2000),

*O endógeno não pode ser visualizado como algo estático e que refaz o externo. Ao contrário, o endógeno “digere” o que vem desde fora, mediante a adaptação a sua lógica etnoecológica e sociocultural de funcionamento. Ou seja, o externo se incorpora ao endógeno quando tal assimilação respeita a identidade local e, como parte dela, a auto-definição de qualidade de vida. Somente quando o externo não agride as identidades locais é que se produz tal assimilação (Guzmán, 2000:41).*

De acordo com Picchi (1994) o desenvolvimento endógeno é compreendido como desenvolvimento local produzido principalmente por impulsos locais e fundado em grande parte sobre recursos locais. Enquanto que Barquero (1998), ao dar relevância a sociedade civil no processo de organização social, defende que:

*O desenvolvimento endógeno é um paradigma que parte da ideia básica de que o sistema produtivo dos países cresce e transforma-se utilizando o potencial de desenvolvimento existente nos territórios, isto é, nas regiões e cidades, mediante os investimentos concretizados pelas empresas e entidades públicas, debaixo do controle das comunidades locais e tomando como meta derradeira a melhoria do nível de vida da população desses mesmos territórios (Barquero, 1998: 55).*

Na concepção de Amaral Filho (1996), o desenvolvimento endógeno predominante a partir da década de 1990 pode ser definido como:

*(...) Um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção de excedente económico gerado na economia local e/ou a atracção de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido (Amaral Filho, 1996:37).*

No entanto, usaremos conceito de Barquero (1998) cuja relevância para efeitos da nossa pesquisa assenta no facto de considerar que o desenvolvimento do distrito pode crescer e transformar-se utilizando o potencial existente localmente, mediante os investimentos concretizados pelas empresas e entidades públicas, debaixo do controle das comunidades locais, e tomando como meta a melhoria do nível de vida da população local, visto que é um desenvolvimento feito com recursos endógenos, isto é, recursos oriundos da própria região.

Deste modo, depois de ter clarificado estes conceitos, podemos deste modo avançar o conceito chave da nossa pesquisa, o de Desenvolvimento Rural Endógeno.

Segundo OCDE *apud* Kageyama (2004: 10) o enfoque proposto para estimular o potencial de desenvolvimento endógeno das zonas rurais consiste em adoptar medidas que levem em conta as características específicas de cada tipo de zona, mas em primeiro plano, e em comum para todas as zonas, essas medidas devem visar à melhoria da qualidade de vida e a luta contra o isolamento. Esse enfoque:

*(...) Tem por objecto a redefinição do espaço de sustentação económica das zonas rurais por meio de estruturas apropriadas e de redes de relações tanto no interior como no exterior de cada zona. Trata-se de um meio de reforçar a 'identidade' da esfera local e de religar atores e actividades de maneira a formar circuitos que permitam melhorar as relações com o exterior da região e de tecer novas relações.*  
(OCDE, 1995, p. 97 *apud* Kageyama, 2004: 10)

Desenvolvimento rural endógeno pode ser definido como a combinação de uma agricultura familiar consolidada com um processo de urbanização e industrialização endógeno e descentralizado, gerando um mercado local de consumo de produtos diversificados e fornecimento de matérias-primas e mão-de-obra rural para a indústria local (Iviga, 2000:195 *apud* Kageyama, 2004: 11).

Na concepção de Diniz e Gerry (2002), desenvolvimento rural endógeno refere-se ao aumento da capacidade da economia rural de enfrentar os desafios do seu ambiente externo através de uma maior afirmação regional e um aproveitamento de um leque mais diversificado de recursos e produtos regionais, tendendo a consolidar ou mesmo reforçar as assimetrias sócio-económicas intra-regionais, bem como a

estrutura/distribuição de poder político/decisório e o recurso a construção de competitividade regional na base de relações e práticas clientelares.

Schneider (2006) desenvolve um argumento que relaciona a agricultura familiar com o desenvolvimento rural endógeno:

*É neste cenário que surge a agricultura familiar, que ao ampliar a interação mercantil com o ambiente social e económico amplia também suas relações de dependência, o que resulta em um processo de reprodução social significativamente distinto daquele vivido pelos colonos, porque se torna mais dependente e subordinado. Este processo de transformação económico e produtivo e a metamorfose social que lhe corresponde, que faz a emergir a agricultura familiar como uma categoria social, constitui-se no que será denominado desenvolvimento rural endógeno (Schneider, 2006: 9)*

Stohr (1981) defende que se trata simultaneamente de uma nova estratégia e de uma nova ideologia do desenvolvimento. Ela define-a como um processo integral de expansão de oportunidades para os indivíduos, grupos sociais e comunidades organizadas territorialmente, às escalas pequena e intermédia, através da mobilização integral das suas capacidades e recursos para benefício comum em termos sociais, económicos e políticos. Trata-se de um desenvolvimento endógeno determinado ao nível da menor escala territorial possível e a partir da identidade territorial das populações

A proposta de um desenvolvimento rural endógeno vem ao encontro do pressuposto de que é ao nível local que o desenvolvimento se torna real. Às comunidades rurais, como formas de organização humana à menor escala territorial, é reconhecido um papel-chave na mobilização integral de recursos disponíveis a partir de formas de motivação endógena e no controlo dos efeitos de retroacção entre o crescimento económico e as dimensões ambientais, sócio-cultural e político-institucional do processo de desenvolvimento (Stohr, 1981).

Segundo Lopes (1987) o desenvolvimento só faz sentido em função das pessoas e em função de onde elas vivem. Este desenvolvimento também só faz sentido se valorizar os recursos endógenos, incluindo nestes os patrimónios natural e histórico e os recursos humanos, com as suas capacidades de iniciativa, culturas específicas,

saber-fazer de cada um e das comunidades e se mantiverem os equilíbrios ambientais.

*Desenvolvimento rural endógeno não pode significar desenvolvimento puramente auto centrado. Significa valorização óptima das potencialidades de uma dada região: espaço natural e beleza da paisagem, produtos agrícolas e florestais específicos, de qualidade, especialidades gastronómicas, tradições culturais e artesanais, património arquitectural e artístico, ideias inovadoras, disponibilidades de mão-de-obra, indústria e serviços já existentes e isso mobilizando os recursos financeiros e humanos disponíveis na região e canalizando do exterior os meios que faltam sob a forma de capitais ou de serviços de animação e de estudo (OCDE, 1995: 49-50 apud Kageyama, 2004: 16)).*

Na concepção de Silva (1983) a participação das comunidades locais no processo de desenvolvimento rural endógeno encontra a sua legitimação:

*Na resposta à mobilização integral de recursos locais para a satisfação prioritária das necessidades básicas das populações locais, na integração dos fenómenos globais de “mudança” inerentes ao processo de desenvolvimento no contexto dos valores culturais locais, e no aumento da capacidade de autonomia das comunidades territoriais de pequena-escala (Silva, 193: 98)*

No pensamento de Amaral Filho (1996) há quem defende um conceito político-social e processual do desenvolvimento rural endógeno, que dá prioridade à articulação entre pessoas e territórios, e à questão do poder, salientando a importância da capacitação (*empowerment*) e da participação da população local nas tentativas de aumentar o nível e qualidade de vida e de reduzir assimetrias sócio-económicas, de construir maior sustentabilidade económica e ambiental e de minar a dependência através de uma ampliação do leque de escolhas e oportunidades.

Long e Ploeg (1994) fundamentam que o modelo endógeno de desenvolvimento rural é baseado principalmente, mas não exclusivamente, sobre os recursos localmente disponíveis; O desenvolvimento rural endógeno “pode revitalizar e dar uma nova dinâmica aos recursos locais, que de outra forma poderiam tornar-se supérfluos”.

Entretanto, nesta pesquisa identificamo-nos com o conceito de OCDE *apud* Kageyama (2004: 10) visto que este dá supremacia a valorização óptima das potencialidades de uma dada região onde geralmente permite maximizar a utilização de fornecedores de materiais e serviços locais e as empresas são mais comumente pequenas e micros, fortes geradores de empregos em relação ao capital investido quando comparado com as empresas de maior porte e desenvolvem-se de forma coerente com a cultura empresarial local e com o perfil dos recursos humanos locais, daí a pertinência do conceito para a nossa pesquisa porque o potencial endógeno está associado ao conjunto de recursos disponíveis localmente (naturais e culturais) que podem ser potencializados para promover o desenvolvimento rural.

## OIIL

O OIIL foi criado no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Distrital que destina-se a captação e gestão de recursos financeiros visando impulsionar o desenvolvimento e o empreendedorismo na satisfação das necessidades básicas das comunidades locais mediante a concessão de empréstimos reembolsáveis. A noção de OIIL refere-se ao Orçamento de Investimento de Iniciativa Local - OIIL- criado a luz da lei 8/2003 de 19 de Maio e do decreto 11/2005 como bases legais, aprovado em 2005 (através da lei 12/2005 de 23 de Dezembro que aprova este orçamento inicial para o ano de 2006) (Metier, 2009).

O OIIL constitui um instrumento fundamental na alocação de recursos pelo Estado aos distritos para o combate a pobreza com vista a contribuir para a produção de alimentos, geração de rendimentos e a criação de emprego. A alocação do fundo de investimento aos governos distritais dá cumprimento a Lei dos Órgãos Locais do Estado que determina que os distritos são unidades de gestão e execução orçamental. Estes fundos foram providenciados com o objectivo de criar empregos, incluindo auto emprego, aumentar a produção e criar riqueza (MPD, 2009).

Também conhecido por «sete milhões», o conceito de OIIL revela-se útil para nossa pesquisa pelo facto de nos ajudar a compreender a dinâmica da promoção do auto-emprego e dos projectos com impacto na vida da comunidade local.

### CAPITULO III – METODOLOGIA

De modo a efectivar a consecução dos objectivos da pesquisa através da metodologia, usamos o método dedutivo como de abordagem e o estudo de caso como de procedimento e entretanto, como técnicas usamos inquéritos por questionários e entrevistas semi-estruturadas e o tipo de amostragem foi por conglomerados conforme descrevemos abaixo.

#### **Método de Abordagem e Procedimento**

De acordo com Richardson (2008) O método dedutivo é um método científico que considera que a conclusão está implícita nas premissas. Por conseguinte, supõe que as conclusões seguem necessariamente as premissas: se o raciocínio dedutivo for válido e as premissas forem verdadeiras, a conclusão não pode ser mais nada senão verdadeira.

Segundo Lakatos e Marconi (1991), os raciocínios dedutivos se caracterizam por apresentar conclusões que devem, necessariamente, ser verdadeiras caso todas as premissas sejam verdadeiras. Possui base racionalista e pressupõe que apenas a razão pode conduzir ao conhecimento verdadeiro. Partindo de princípios reconhecidos como verdadeiros e inquestionáveis (premissa maior), o pesquisador estabelece relações com uma proposição particular (premissa menor) para, a partir de raciocínio lógico, chegar à verdade daquilo que propõe (conclusão).

Nesta pesquisa, como método de abordagem, usamos o *método dedutivo* visto que este permitiu-nos a partir de análise de questões meramente generalizadas chegar a conclusões particulares.

Na concepção de Lakatos e Marconi (1991), o método de procedimento têm por objetivo proporcionar ao investigador os meios técnicos para garantir a objetividade e a precisão no estudo dos fatos sociais. Nessa pesquisa, usamos o *Método monográfico ou estudo de caso*.

A pesquisa do tipo estudo de caso, caracterizou-se principalmente pelo estudo concentrado de um único caso. Bruyne *et al* (1977) afirmam que o estudo de caso justifica sua importância por reunir informações numerosas e detalhadas com vista a perceber a totalidade do fenómeno. Gil (1999) salienta que:

*“ O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objectos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados” (Gil, 1999:73).*

### **Técnicas de Colectas de Dados**

Um dos aspectos importantes da abordagem metodológica proposta foi a recolha de informação necessária para a compreensão, análise e interpretação do papel dos OIIL na promoção do desenvolvimento rural, que baseou-se nos seguintes elementos:

*Inquéritos por Questionários* - realização de 307 inquéritos (vide base de dados no anexo V) por questionários em 14 associações beneficiárias do OIIL no distrito de Boane, de forma a aprofundar a recolha de informação, identificar e analisar a perspectiva dos mutuários. Para tal, tendo sido definida a amostra, juntamente com um membro da ETD e um do CCL deslocamo-nos as localidades onde se encontram as associações conforme o quadro nº1 ilustra onde foram deixados os inquéritos com os representantes e explicamos o conteúdo dos mesmos porque calhou no período de Dezembro onde a maior parte dos membros das associações se encontravam dispersos. Deste modo, foram-nos informado os dias em que cada associação se reuniria para aproveitar preencher os inquéritos razão pela qual o trabalho acabou se estendendo até Janeiro.

*Entrevistas semi-estruturadas* – realização de 10 entrevistas exploratórias (vide anexo I) a diferentes indivíduos membros do Conselho Consultivo Distrital, Governo Distrital, Direcção Nacional de Promoção de Desenvolvimento Rural, Ministério de Planificação e Desenvolvimento e Ministério das Finanças, envolvidos na gestão e execução do OIIL, com o objectivo primordial de aprofundar o levantamento das diferentes aplicações, monitoria e avaliação dos projectos OIIL assim como de complementar alguma informação em falta na fase da realização dos inquéritos.

Marcou-se uma audiência via telefone e em função da disponibilidade dos entrevistados foi-se marcando as datas e horas. Em média, cada entrevista durou cerca de 30 a 40 minutos com excepção da entrevista com a membro da DNPDR que levou cerca 75 minutos.

As entrevistas serviram para fundamentar as análises entre as variáveis do fenómeno estudado, condicionando uma reduzida falácia do método de abordagem usado, o indutivo. Simultaneamente, aplicou-se o uso de técnicas de observação não participante, que consistiram na recolha de informação sem a inserção do pesquisador no grupo a observar através de questionários com perguntas estruturadas (fechadas) e não estruturadas (abertas), que foram distribuídas por 14 associações beneficiárias do OIIL, de forma a captar as concepções e experiências dos sujeitos envolvidos na implantação da estratégia do OIIL a fim de obter respostas susceptíveis de serem manejadas mediante uma análise quantitativa com uso de SPSS 11.0 *Student Version*.

Para identificação das associações, recorremos a ficha de informação fornecida pelo CCD de todos mutuários do distrito de Boane desde 2008 a 2010, que contem a sua Localização assim como o nome e o número de telefone dos representantes (embora alguns números estivessem fora da área) e para chegar a estas associações, dirigimo-nos ao CCL. De um modo geral, o trabalho de campo durou cerca de dois meses (Dezembro e Janeiro) e mais um mês criação da base de dados no SPSS 11.0 *Student Version*. Este pacote estatístico foi usado apenas para estatística descritiva.

O plano de trabalho previsto previu um prazo global de dez meses, contados a partir do início do segundo semestre de 2011 até Abril de 2012 para o desenvolvimento dos trabalhos obedecendo na sua globalidade, um total de cinco fases.

A 1ª Fase da pesquisa consistiu na escolha do tema, formulação do problema e dos objectivos, tendo sido feita com recurso a obras, trabalhos de licenciatura e outras publicações que abordam assuntos relacionados ao tratado na pesquisa e isto decorreu nas bibliotecas e centros de documentação da UEM, USTM, ISCTEM, IESE dentre outras não menos relevantes.

A 2ª Fase da conceptualização, relevância e fundamentação teórica, também durou dois meses e decorreu com recurso a obras e textos de apoio usados nas cadeiras de SR, SD, SE, e outras que complementaram a abordagem.

A 3ª Fase foi dos procedimentos metodológicos e foi obedecida desde o início até ao fim da pesquisa visto que a metodologia foi necessária desde a escolha do tema à análise e produção do relatório; Nesta fase recorreu-se constantemente a Técnicas e Normas de Elaboração do Projecto e do Trabalho de Fim do Curso (TNEPTFC) assim como outros textos usados nas cadeiras de MICS, SP e SO.

A 4ª Fase que consistiu na recolha, análise e processamento de dados, decorreu em três meses e consistiu basicamente na distribuição e recolha dos inquéritos nas 14 associações do distrito de Boane assim como na realização de entrevistas no CCL, ETD, DNPDR e findou com a criação de uma base de dados onde foi inserida e digitalizada toda informação constante nos inquéritos.

Para a criação da base de dados, começamos por definir e criar variáveis em função das questões constantes nos inquéritos e seguidamente foram inseridas todas as respostas fornecidas pelos mutuários o que permitiu seguidamente a realização de uma análise descritiva dos dados cujo corolário foi a produção de gráficos de barras, de pizzas e histogramas assim como foram cruzadas variáveis que originaram tabelas contendo frequências e percentagens das questões colocadas nos inquéritos.

### **Delimitação do Universo**

A pesquisa teve uma representatividade ao nível do distrito de Boane mais concretamente nos postos administrativos de Boane sede e Matola-Rio, de 154 (cento e cinquenta e quatro) projectos aprovados no período de 2008-2010, pertencentes a indivíduos particulares e agrupados em associações, de ambos os sexos, situados nas faixas etárias dos 15 aos 35, dos 35 aos 60 anos de idade e de 60 anos em diante, que desenvolvem alguma actividade económica resultante da aplicação do OIIL (vide perfil dos beneficiários no cap. 4.2.2).

## Amostragem

Com um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 4%, a amostragem probabilística para a pesquisa foi de 14 (catorze) associações financiadas pelo OIIL, a nível das localidades de Gueguegue, Eduardo Mondlane e Matola-Rio pertencentes ao distrito de Boane.

Do total de 154 (cento e cinquenta e quatro) projectos financiados nos três anos em análise, é de salientar que 140 (cento e quarenta) são particulares e os restantes 14 (catorze) projectos, pertencem a associações, razão pela qual, por razões de dispersão geográfica dos mutuários conforme descrevemos na tabela nº1, aliado ao degradado estado das vias de acesso para identificação e localização dos mesmos e escassez de fundos, utilizou-se a amostragem por conglomerados, que consiste na divisão da população em diferentes conglomerados (grupos), extraindo-se uma amostra apenas dos conglomerados seleccionados, e não de toda a população e o objecto de estudo em análise restringiu-se a trabalhar com as associações conforme a tabela nº1 ilustra.

Analisando a tabela nº1, pode-se verificar que volvidos 3 (três) anos, o nível de reembolso continua muito abaixo do desejado assunto este que aprofundaremos no capítulo sobre o reembolso, visto que das 14 (catorze) associações que receberam o financiamento, apenas 5 (cinco) começaram a reembolsar o valor.

O ano de 2008 apresenta maior número de associações financiadas, sendo na sua maioria de natureza pecuária que apresentam uma taxa de juros de 8% relativamente aos projectos de agricultura, que apresentam uma taxa de 5%. As Localidade de Gueguegue e Matola-Rio são as que mais projectos desenvolveram, 5 (cinco) por cada, seguido de Eduardo Mondlane que desenvolveu 4 (quatro) projectos.

**Tabela 1:** Lista dos projectos financiados e seleccionados como amostra

Nome do Beneficiário	Localização	Valor Total do Crédito	Data de Financiamento	Reembolso	Valor em Falta	Natureza da associação e Taxa de Juros
Associação a Panela Ferve	Matola Rio	174.046,78	2008	0,00	191.451,56	Pecuária - 8%
Zulmira Zumbela e Associados	Matola Rio (A)	34.208,88	2008	0,00	37.629,77	Pecuária - 8% - 10%
Probovina	Marien N'guabi	216.000,00	2008	0,00	240.103,60	Pecuária - 8%
Associação Livre Marien N'guabi	Marien N'guabi	110.096,40	2008	12.000,00	109.106,14	Pecuária - 8%
Associação Mata Fome	25 de Setembro	144.800,00	2010	0,00	148.872,50	Agricultura - 5%
Associação Aframo	PSK	188.535,85	2010	0,00	196.391,51	Pecuária - 8%
Associação Kanimambo	Campoene Aldeia	199.485,00	2010	20.000,00	187.796,88	Pecuária - 8%
Associação Anav	Campoene Povoação	199.645,14	2009	0,00	219.609,65	Pequena Indústria - 10 %
União Geral	Chinonanquila	1.277.059,53	2008	339.000,00	1.065.765,48	Agricultura - 5%
Aprosal	Massaca II	90.862,00	2008	5000,00	94.948,30	Pecuária - 8%
Kuphatima	Bairro Picoco	116.265,87	2008	0,00	127.892,56	Pecuária - 8%
GJPB	Bairro 2	111.020,01	2008	0,00	122.122,11	Pecuária - 8%
Rosalina Dide	Beluluane	270.906,90	2008	9.747,00	288.250,69	Pecuária - 8%
Associação Pfukani	Mulotana	222.906,90	2008	0,00	244.697,34	Pecuária - 8%
<b>TOTAL</b>		<b>3.355.839,26</b>		<b>385.747,00</b>	<b>3.274.638,09</b>	

Fonte: Adaptado pelo Autor: dados resultantes dos inquéritos realizados em Boane (12/2011-01/2012)

## Dificuldades Encontradas

A pesquisa decorreu num ambiente de colaboração e abertura principalmente com membros do CCL, estes que até se dispuseram a deslocar-se com o responsável da pesquisa até aos diferentes beneficiários seleccionados para a pesquisa. Mas também, ao longo do trabalho, encontramos limitações e dificuldades que merecem menção.

Ao nível do GD, para se obter alguma informação era obrigatório a deslocação até a sede distrital visto não aceitarem enviar por e-mail ou fax alegando falta de internet/máquina sem toner e mesmo quando estivesse na sede distrital, não passavam toda informação necessitada, dando apenas uma parte, do mesmo modo que quando lá chegássemos, tínhamos que esperar cerca de 30 a 45 minutos para ser atendido e só quem tinha a credencial é que podiam-nos atender; Para obter os contactos assim como

a localização dos beneficiários tivemos que esperar cerca de 40 dias porque alegavam sobrecarga de agenda e indisponibilidade de tempo para procurar esta informação nos arquivos o que acabou afectando no calendário para a realização dos trabalhos.

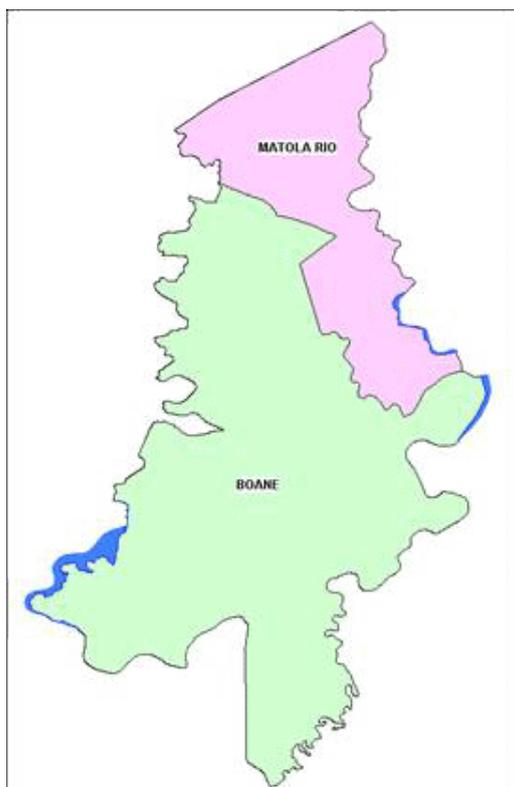
No decorrer do trabalho de campo com as associações, foi se solicitando o nº de membros beneficiários de modo a quantificar os inquéritos a deixar por associação, daí que foram distribuídos cerca 480 inquéritos e somente 307 voltaram preenchidos, mesmo assim, para reunir os beneficiários de modo a efectuarem o preenchimento dos inquéritos, nalguns casos tivemos que desembolsar 500,00 mts a 700,00 mts por associação destinado a compra de pãezinhos e sumos de modo a entretê-los enquanto preenchiam os inquéritos.

No entanto, como forma de garantir a *confidencialidade dos dados* dos entrevistados e garantia do resguardo das informações dadas pessoalmente em confiança e protecção contra a sua revelação não autorizada, os nomes apresentados no trabalho não são reais mas sim fictícios de modo a proteger os entrevistados através do anonimato.

### **Breve Caracterização do Distrito de Boane**

O distrito de Boane está localizado a sudeste de Maputo, sendo limitado a Norte pelo Distrito de Moamba, a Sul e Este pelo Distrito da Namaacha, e a Oeste pela Cidade da Matola e pelo Distrito de Matutuine. Boane foi elevada a categoria de Distrito de 1ª classe em Abril de 1987 pelo decreto-lei 8/87 e a sua Sede, localizada a 30 km da cidade de Maputo foi elevada a Vila pela resolução nº 9/87 de 25 de Abril do Conselho de Ministros (MAE, 2010: 11).

O distrito com sede na Vila de Boane está dividido em dois postos administrativos: Boane-sede que inclui para além da vila, as localidades de Guegue e Eduardo Mondlane e o P.A de Matola Rio com uma localidade com o mesmo nome (MAE, 2005: 9).

**Gráfico 1:** *Mapa do Distrito de Boane*

Fonte: MAE, 2010

O distrito de Boane, com uma superfície de 815 km<sup>2</sup> e uma população recenseada em 1997 de 56.703 habitantes e estimada a data de 1/1/2005 em cerca de 81.406 habitantes, tem uma densidade populacional de 101 hab/km<sup>2</sup>. A relação de dependência económica potencial é de aproximadamente 1:1.2, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 12 pessoas em idade activa. A população é jovem (42% abaixo dos 15 anos de idade), maioritariamente feminina (taxa de masculinidade de 47%) e de matriz urbana e semi-urbana (taxa de urbanização de 68%), (MAE, 2010: 11).

A partir dos finais da década 90 o distrito registou grandes projectos de impacto nacional com referencia a MOZAL, onde o PIB do distrito (excluindo a produção da Mozal) foi estimado em 308 milhões de contos para o ano de 2003, o que corresponde a um PIB per capita de cerca de 3.870 contos, isto é, USD 163. Considerando a Mozal, o PIB per capita sobe para USD 1.354, posicionando como um “outlier” no quadro da economia do país e da região (MAE, 2010: 11).

O tipo de habitação modal das famílias é a palhota com pavimento de terra batida, tecto de chapa de zinco e paredes de caniço ou paus; o distrito possui 62 escolas, 17 unidades sanitárias incluindo um Hospital Distrital e a água é abastecida através de furos construídos pelo programa de desenvolvimento rural (MAE, 2010: 11).

## CAPITULO IV – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 – Contextualização Global do OIIL em Moçambique

#### 4.1.1 - Antecedentes

Até 2006 os Governos distritais recebiam transferências financeiras dos sectores provinciais de tutela, instituições de nível central ou ONG's; estes recursos não cobriam o financiamento das actividades económicas de iniciativa privada (singular, associações ou cooperativas); por isso, com o objectivo de induzir transformações na economia rural que contribuíssem para “*fazer do distrito um efectivo pólo de desenvolvimento*” e aumentar o nível de bem-estar das populações o Governo iniciou em 2006 a alocação de uma verba de “7 milhões” de meticais (MAE, 2010).

Como resultado do aprofundamento do processo de descentralização e desconcentração em curso no País, surge com resposta do Governo aos comandos da lei nº 8/2003, (LOLE) que define o distrito “*Unidade territorial principal de organização e funcionamento da administração local do Estado e a base de planificação do desenvolvimento económico, social e cultural da República de Moçambique*”;

Em consonância com o Programa Quinquenal do Governo (2005-2009), Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta (2006-2009) e a Estratégia de Desenvolvimento Rural, visava impulsionar o desenvolvimento económico e social dos distritos, para torná-los unidades orçamentais e dinâmicos centros da economia multifuncional (MAE, 2010).

#### 4.1.2 - Objectivos do OIIL

Segundo Matilde (entrevistada em 10.01.12), o OIIL visa financiar: acções que visam estimular o empreendedorismo a nível local, de pessoas pobres mas economicamente activas e que não têm acesso ao crédito bancário; actividades de produção e comercialização de alimentos, criação de postos de trabalho, permanentes e sazonais, assegurando a geração de rendimento; outras acções que visem melhorarem as condições de vida e bem-estar, relacionadas com as actividades económicas e

produtivas das comunidades rurais e agregados familiares, tendo em conta o potencial económico dos distritos.

#### **4.1.3 - Uso de Recursos e Mudanças Introduzidas**

Em 2006, 70% dos recursos a nível nacional direccionavam-se para infra-estruturas e 30% para projectos de produção de comida e criação de postos de trabalho; em 2007, 100% dos recursos passaram a ser usados na produção de comida e criação de emprego; de 2008 em diante, 100% dos recursos foram encaminhados para produção de comida e criação de emprego mais verba para infra-estruturas de decisão local (MAE, 2010).

As mudanças manifestas em resultado da alocação de verbas nos distritos, podemos destacar as seguintes: o OIIL criou uma dinâmica económica e financeira a nível local; engendrou novos desafios para a melhoria do desempenho e assegurou a execução em conformidade com os procedimentos de utilização de fundos públicos.

Como resposta, o Governo aprovou através do Decreto nº 90/2009 de 15 de Dezembro, o Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD) com o objectivo de proceder a transferência de fundos públicos para financiar a economia distrital e assegurar a gestão criteriosa, transparente e autónoma de recursos do OE, dos reembolsos dos empréstimos e dos fundos concedidos por instituições nacionais ou internacionais, a título de donativo.

A necessidade de transformar o OIIL em FDD baseou-se nos seguintes fundamentos: criar mecanismos flexíveis, apropriados e legalmente enquadrados; Conferir maior dinâmica económica e financeira a nível local; Criar um Fundo vocacionado à promoção de actividades económicas através da captação, disponibilização e recuperação de recursos.

#### 4.1.4 - Papel das Instituições no Processo de Implementação do OIIL

De acordo com a representante da DNPDR, Matilde (entrevistada em 10.01.12, são várias as instituições com papéis diferenciados na gestão do OIIL conforme passamos a descrever abaixo:

**Tabela 2:** *Papel das Instituições ligadas ao OIIL*

<b>Ministério da Administração Estatal</b>	<b>Direcções Provinciais de Plano e Finanças</b>	<b>Governos Distritais</b>	<b>Conselhos Consultivos Locais</b>
<b><i>No âmbito da coordenação:</i></b>	Estabelecimento de uma ligação estreita com os distritos, concedendo todo o apoio técnico, realizando monitorias e capacitações aos beneficiários, membros dos Conselhos Consultivos Distritais e Comissões Técnicas de Avaliação de Projectos (Matilde, entrevistada em 10.01.12).	Intervenção directa no processo de implementação do OIIL, na pré-avaliação dos projectos, financiamento, acompanhamento da sua execução e apoio técnico aos beneficiários através das Comissões Técnicas de Avaliação de Projectos (MAE, 2010: 11).	Desempenham um papel muito importante e crucial, na selecção e aprovação dos projectos (Matilde, entrevistada em 10.01.12).
Coordenar o processo de implementação do OIIL; presidir as sessões do Grupo de Referência do OIIL;			
<b><i>No âmbito da produção de instrumentos de gestão</i></b>			
Elaboração e divulgação dos instrumentos reguladores e de gestão do OIIL; elaboração de instrumentos e metodologias para auxiliar a elaboração dos relatórios provinciais: brochura (colectânea) contendo todas orientações metodológicas até agora produzidas; modelo de relatórios provinciais trimestrais; Manual de procedimentos do FDD (Matilde, entrevistada em 10.01.12).			
<b><i>No âmbito da monitoria e avaliação:</i></b>			
Realização de monitorias em todos os distritos, em coordenação com as províncias e distritos; produção de informes trimestrais ao Conselho de Ministros (Matilde, entrevistada em 10.01.12).			
<b><i>No âmbito da capacitação:</i></b>			
Realização de acções de capacitação aos membros do Grupo de Referência, beneficiários do OIIL, Conselhos Consultivos Distritais, Comissões da Avaliação Técnica e técnicos das Direcções Provinciais envolvidas no processo (Matilde, entrevistada em 10.01.12).			

**Fonte:** Adaptado pelo Autor: *dados resultantes das entrevistas realizadas em Boane (10/01/2012)*

#### 4.1.5 - Projectos Financiados e Empregos criados

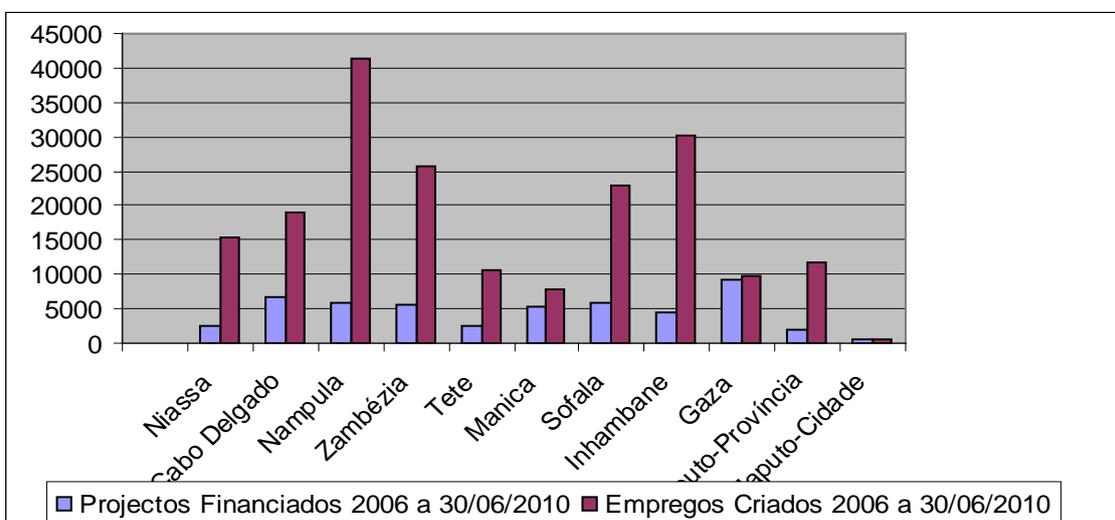
Observando na tabela nº 3 e gráfico nº2, a nível nacional, durante o período de 2006-2010, o OIIL gerou cerca de 194,686 postos de emprego como resultado de financiamento de 50,610 projectos por todo o País. A província de Gaza encabeça a lista das que mais projectos financiou enquanto que a de Nampula se apresenta como a que mais postos de emprego criou, seguido de Inhambane, Zambézia e Sofala.

**Tabela 3:** *Projectos Financiados e Empregos criados 2006 a 2010*

PROVINCIA	PROJECTO FINANCIADOS 2006 A 30/06/2010	EMPREGOS CRIADOS 2006 A 30/06/2010
NIASSA	2,534	15,340
CABO DELGADO	6,643	19,062
NAMPULA	5,780	41,445
ZAMBEZIA	5,655	25,621
TETE	2,559	10,485
MANICA	5,384	7,812
SOFALA	5,860	22,907
INHAMBANE	4,552	30,060
GAZA	9,119	9,662
MAPUTO-PROVINCIA	1,960	11,670
MAPUTO-CIDADE	564	625
<b>TOTAL</b>	<b>50,610</b>	<b>194,686</b>

Fonte: MAE- DNPDR, *Balanço do OIIL (2006-2010)*

**Gráfico 2:** *Projectos Financiados e Empregos Criados de 2006 - 2010*



Fonte: Adaptado do Quadro 1: *Rácio de nº de projectos financiados e postos de emprego criados no período de 2006-2010*

#### 4.1.6 – Nível do Reembolso a Nível Nacional

A tabela nº 4 demonstra o valor desembolsado e o reembolsado de 2006 a 30 de Junho de 2010 a nível nacional, com destaque para as províncias da Cabo Delegado, Manica e Maputo- cidade cujo nível do reembolso situa-se acima dos 10%, mas mesmo assim, a nível nacional o reembolso foi de 5,49% o que significa que ainda está muito abaixo do desejado o que põe em causa a sua lógica de crédito e demonstra a existência de fragilidades na gestão deste fundo.

**Tabela 4:** Valor desembolsado e o reembolsado de 2006 a 2010

Nº	PROVINCIAS	VALOR EXECUTADO	REEMBOLSO 2007 A 30/06/2010	% REEMBOLSO
1	NIASSA	396,070.77	17,355.54	4.38
2	CABO DELEGADO	300,413.90	35,794.43	11.92
3	NAMPULA	589,232.97	24,849.11	4.22
4	ZAMBEZIA	412,276.48	13,629.93	3.31
5	TETE	198,485.83	16,414.29	8.27
6	MANICA	188,918.39	19,083.54	10.10
7	SOFALA	270,644.10	10,462.21	3.87
8	INHAMBANE	349,401.47	15,452.73	4.42
9	GAZA	362,200.00	12,298.00	3.40
10	MAPUTO-PROVINCIA	152,400.90	9,654.27	6.33
11	MAPUTO-CIDADE	21,988.60	3,040.97	13.83
<b>TOTAL</b>		<b>3,242,033.41</b>	<b>178,034.72</b>	<b>5.49</b>

Fonte: MAE- DNPDR, *Balanço do OIIL (2006-2010)*

#### 4.2 – Análise da Execução do OIIL: O Caso do Distrito de Boane

A análise e interpretação dos resultados da pesquisa, iniciaram-se pela ordenação dos inquéritos em função da natureza da associação e posteriormente, optamos pela criação de uma base de dados para ordenação e categorização da informação cuja mesma é descrita nos capítulos abaixo.

#### **4.2.1 – Formas Adoptadas de Combate a Pobreza Rural no Distrito de Boane**

Segundo Maússe (2009) é essencial contar com uma vasta rede de associações para poder verdadeiramente combater a pobreza em massa embora sejam necessários outros elementos como investimentos em infra-estruturas, políticas subsidiárias, tecnologias apropriadas e instituições burocráticas e de mercado. No entanto, não podemos conceber nenhuma estratégia de desenvolvimento rural que combine aumento de produtividade com ampla distribuição de benefícios na qual as organizações participativas locais não tenham papel destacado (Putnam, 2000:104).

Neste âmbito, os resultados desta pesquisa indicam a atribuição de fundos para associações pode ser visto como uma forma de combate a pobreza rural. O conceito de pobreza rural significa escassez básica de recursos, oriundos da produção agrícola, normalmente baixa e caracteriza-se ainda pela falta de outras actividades opcionais económicas (Martins, 2008:5).

A atribuição de fundos para associações constitui uma forma de combate a pobreza rural na medida em que os fundos foram investidos na agricultura (34,6%), pecuária (60,3%) e (5,2%) para fomento de pequenas indústrias locais, o que em contrapartida, permitiu o fornecimento de produtos alimentares e garantia da segurança alimentar, permitiu o fornecimento de emprego a população local e a geração de rendimento, razão pela qual o OIIL constitui uma estratégia de dinamização da economia rural assim como de promoção da participação e envolvimento da população local no processo de desenvolvimento através da descentralização e desconcentração de competências, criando deste modo condições para desenvolvimento rural endógeno.

No distrito de Boane, no que concerne ao OIIL, foram desembolsados os seguintes valores:

**Tabela 5: Síntese da execução do OIIL de 2008 - 2010**

SUMARIO	ANO DE EXECUÇÃO			TOTAL
	2008	2009	2010	
Projectos Aprobados	49	59	61	<b>169</b>
Projectos Financiados	49	55	50	<b>154</b>
Limite Orçamental	7.984.974,31	7.581.600,00	8.424.000,00	<b>23.990.574,31</b>
Montante Executado	7.984.974,31	7.581.600,00	7.512.638,18	<b>23.079.212,49</b>
Saldo	0,00	0,00	910.361,82	<b>910.361,82</b>

**Fonte:** Adaptado pelo Autor: *dados resultantes dos inquéritos realizados em Boane*

Do ponto de vista da implementação do OIIL no intervalo de 2008 – 2010 pode-se constatar que houve uma progressão crescente em termos de projectos aprovados e uma ordem decrescente do montante executado, do mesmo modo que se pode considerar o ano de 2010 com mais projectos aprovados e menos financiados, apresentando deste modo, um remanescente o que não se verificou nos anos anteriores.

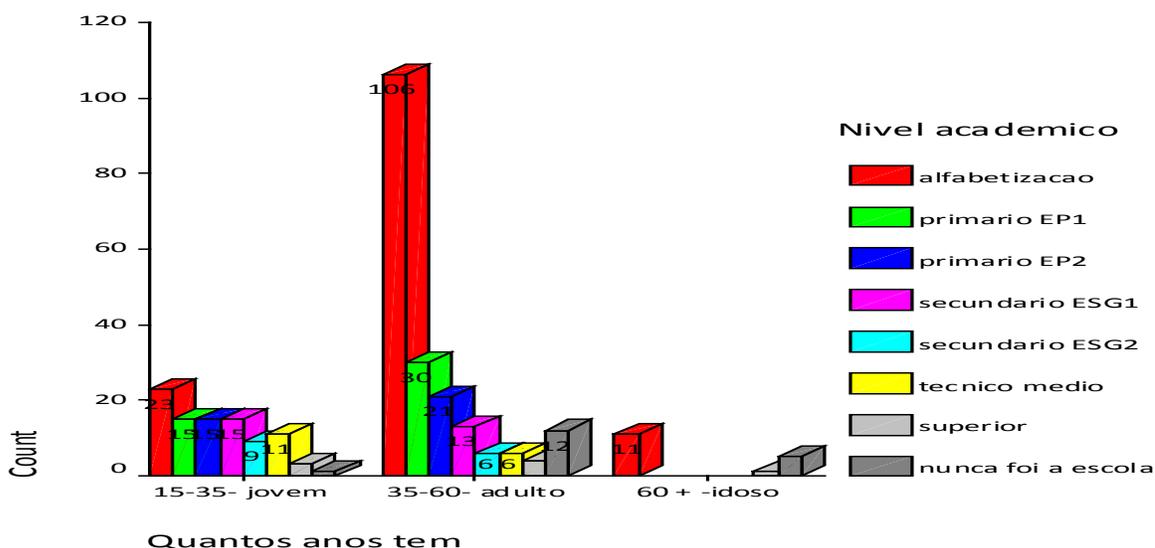
O ano de 2010 apresenta mais projectos aprovados e menos financiados porque nalguns casos os proponentes desistiram por varias razoes dentre as quais: a forma de atribuição do fundo em espécie; a demora no desembolso dos valore.

#### **4.2.2 – Perfil dos Beneficiários do OIIL**

A presente pesquisa teve como objecto de estudo 14 associações composta por 307 indivíduos que beneficiaram-se do OIIL. Destes, 30% são jovens, 64,5% são adultos e 5,5 % são idosos; Dos 92 jovens, 7,5 % tem o nível de alfabetização, 4,9% tem Ensino Primário do 1º ciclo e 4,9% tem o Ensino Primário do 2º ciclo, 4,9% tem o Ensino Secundário Geral do 1º ciclo e 2,9% tem o Ensino Secundário Geral do 2º ciclo, 3,6% são técnicos médios e apenas 1% com nível superior e 0,3 % que nunca foi a escola.

Na categoria de adultos, o nível académico tem a seguinte distribuição: 34,5% alfabetização, 9,8% tem EP1 e 6,8% EP2, 4,2 % tem o ESG1 e 2 % ESG2, 2 % técnicos médios, 1,3% tem o nível superior e 3,9% nunca foram a escola; E quanto a categoria dos idosos, 3,6 % tem o nível de alfabetização, 0,3% com nível superior e 1,6% nunca foram a escola, conforme o gráfico nº3 ilustra:

**Gráfico 3:** *Nível académico em função da Idade*



**Fonte:** Adaptado pelo Autor: *dados resultantes dos inquéritos realizados em Boane*

Dos 307 inquiridos, 45,6% têm o nível de alfabetização, 14,7% EP1, 11,7% EP2, 9,1% ESG1 4,9 % ESG2, 5,5% são técnicos médios, 2,6% com nível superior e 5,9% nunca foram a escola. Como é que se espera que a estratégia do OIIL tenha impacto positivo se a maior parte dos beneficiários (45,6% nível de alfabetização e 5,9% nunca foram a escola) não tem formação académica? No entanto Pode-se constatar que o indicador nível académico é de extrema importância no debate sobre pobreza e desenvolvimento rural porque no caso concreto do OIIL, o nível académico afecta directamente no reembolso e sustentabilidade deste fundo, isto porque é gerido por pessoas com baixa ou nenhuma formação académica.

Conforme descrevemos no perfil do distrito de Boane que a taxa de masculinidade era de 47%, no trabalho de campo verificou-se que do total dos 307 inquiridos membros das associações em estudo, 54,4% são do sexo feminino e 45,6 % são masculinos distribuídos da seguinte forma em termos de estado civil:

**Tabela 6:** Estado civil em função do Sexo

			Estado civil					Total
			solteiro/a	casado/a	divorciado/a ou separado/a	viuvo/a	uniao marital	
Qual e teu sexo	feminino	Count	32	45	6	23	61	167
			19,2%	26,9%	3,6%	13,8%	36,5%	100,0%
	masculino	Count	29	43	3	4	61	140
			20,7%	30,7%	2,1%	2,9%	43,6%	100,0%
Total		Count	61	88	9	27	122	307
			19,9%	28,7%	2,9%	8,8%	39,7%	100,0%

**Fonte:** Adaptado pelo Autor: dados resultantes dos inquéritos realizados em Boane

A tabela nº6 mostra que dos 307 inquiridos, 19,9% são solteiros, 28,7% são casados e 2,9% são divorciados e ainda, 8,8% são viúvos e 39,7% distribuídos de igual numero para os respectivos sexos vivem em regime de união marital aparecendo como a categoria dominante.

Importa salientar que dos inquiridos, nem todos fazem o mesmo trabalho assim como não apresentam o mesmo número de agregado familiar. A tabela nº7 mostra que 163 são agricultores, 32 são funcionários, 54 são comerciantes e 58 fazem outros tipos de trabalho como pecuária, alfaiataria, latoaria, etc. Dos 163 agricultores 55,2% tem um agregado familiar no intervalo de 0-5, 41,1% tem de 5-10 e 3,7% tem agregado de 10-15.

Quanto aos funcionários, 93,8% tem agregado de 0-5 e 6,3% tem de 5-10. Entretanto, dos 54 comerciantes, 72,2% tem agregado de 0-5 e 27,8% tem de 5-10 e quanto aos que fazem outros tipos de trabalhos que totalizam 58 dos 307 inquiridos, apenas 1,7% tem agregado de 10-15, 36,2% tem de 5-10 e 62,1% tem agregado de 0-5 conforme a tabela nº7 ilustra:

**Tabela 7: Agregado familiar em função do Tipo de trabalho**

			Agregado familiar			Total
			0-5	5-10	10-15	
<b>Tipo de trabalho</b>	agricultor	Count	90 55,2%	67 41,1%	6 3,7%	163 100,0%
	funcionario publico ou privado	Count	30 93,8%	2 6,3%	0 ,0%	32 100,0%
	comerciante fomal ou informal	Count	39 72,2%	15 27,8%	0 ,0%	54 100,0%
	outros	Count	36 62,1%	21 36,2%	1 1,7%	58 100,0%
<b>Total</b>	Count	195 63,5%	105 34,2%	7 2,3%	307 100,0%	

**Fonte:** Adaptado pelo Autor: *dados resultantes dos inquéritos realizados em Boane*

No que se refere ao estado civil, identificamos que alguns conseguem trazer algum rendimento e se não, é importante saber quem são os outros que o trazem, daí que a tabela nº8 ilustra esta informação.

Analisando a tabela 8, pode-se constatar que do total de 307 inquiridos, 193 inquiridos são os únicos que trazem rendimento, constituindo deste modo uma maioria, e dos restantes 114 não são os únicos que trazem rendimentos, distribuindo-se deste modo da seguinte forma: 28,3% deles dizem o rendimento provem também do marido ou da esposa, para 6,8% deles o rendimento provem também dos filhos enquanto que para 1,6 % deles provem do pai ou mãe e apenas 0,3 % é que provem do/a avo/a. Posto isto, podemos afirmar que 62,9% dos inquiridos não são dependentes.

**Tabela 8:** *Membros que trazem rendimentos de outras actividades*

			Outros que trazem rendimento					Total
			marido ou mulher	filhos	pai ou mae	avo ou avo		
unico que traz rendimento	sim	Count	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	0 ,0%	193 100,0%	193 100,0%
	nao	Count	87 76,3%	21 18,4%	5 4,4%	1 ,9%	0 ,0%	114 100,0%
Total		Count	87 28,3%	21 6,8%	5 1,6%	1 ,3%	193 62,9%	307 100,0%

**Fonte:** Adaptado pelo Autor: *dados resultantes dos inquéritos realizados em Boane*

Esta questão dos rendimentos provenientes de outras actividades que não sejam agrícolas remete-nos a noção de pluriactividade. Segundo Schneider (2003), o fenómeno da pluriactividade se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. A emergência da pluriactividade ocorre em situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a actividade agrícola com outras formas de ocupação em actividades não-agrícolas.

A pluriactividade resulta da interacção entre os indivíduos e as famílias e o contexto social e económico em que estão inseridas. O ponto mais importante sobre o debate da pluriactividade para a nossa pesquisa, assenta no facto de Schneider (2003) analisar a crescente proletarização da população rural mais especificamente, os beneficiários do OIIL, visto que das 14 associações beneficiárias do OIIL apenas 2 (duas) dedicam-se a agricultura. A noção de pluriactividade quebra a lógica de dependência em relação a agricultura, pois apresenta a possibilidade das populações rurais possuírem múltiplas fontes de renda na sua estratégia de reprodução social.

O processo de proletarização dos beneficiários do OIIL ocorre quando estes procuram uma remuneração adicional para reforçar seu orçamento doméstico, no momento em que suas terras passam a fornecer-lhe, no máximo, o alimento necessário para sua subsistência, mas nenhum excedente negociável. Centrando no tema da pluriactividade, a lógica da reprodução social passa pela composição de actividades agrícolas e não-agrícolas dentro e fora da propriedade, sendo então a pluriactividade uma forma alternativa de sobrevivência.

A ideia é de que a renda das actividades não-agrícolas complementaria a renda agrícola possibilitando assim que as famílias permaneçam no campo, mantendo seu status quo e/ou capitalizem suas propriedades de modo a torná-las competitivas, dentro do novo formato de produção agrícola (Schneider, 2003).

#### **4.2.3 – Critérios de Selecção dos Projectos e dos Beneficiários**

A selecção é um dos aspectos mais importantes dentro da metodologia de créditos e uma adequada selecção envolve menores problemas no acompanhamento e na recuperação dos empréstimos. Nas zonas rurais a maioria dos beneficiários não possuem histórico de crédito nem registo com nenhuma instituição financeira e vivem na base de actividades agro-pecuárias havendo no entanto, necessidade de estabelecer critérios adequados as especificidades das zonas rurais (Ossumane, 2008).

Embora o valor do financiamento tenha ficado conhecido por “sete milhões”, de acordo com António (entrevistado em 14.12.2011), os critérios de atribuição dos recursos aos distritos são:

- ❖ Número da população com peso ponderado de 35 %
- ❖ Índice de pobreza, 30%
- ❖ Extensao do territorio,20%
- ❖ Colecta de receitas públicas,15%

A selecção dos beneficiários envolve os Concelhos Consultivos Locais ao nível da base onde se encontram as estruturas locais do Posto Administrativo que detêm melhor conhecimento sobre os proponentes;

Segundo Eugénio (entrevistado em 16.12.2011), para a selecção dos proponentes, os membros do CCL seguem as instruções do guião de procedimentos que indica os tipos de projectos que podem ser elegíveis ou não, isto é, observam-se os seguintes aspectos:

- ❖ Identificar os projectos como necessários a comunidade;
- ❖ Implementar os projectos no territorio do distrito;

- ❖ Privilegiar na proposta a utilização dos recursos locais (humanos, materiais e naturais);
- ❖ Ter potencial para emergirem como empresários e serem viáveis, sustentáveis e recomendados pelos conselhos locais;
- ❖ Projectos que não excedam 10% do valor global.

De acordo com Rogério e Sérgio (entrevistados em 16.12.2011) membros do Conselho Consultivo Distrital, as fases de selecção dos projectos e dos beneficiários obedecem a seguinte ordem:

- *Fase de desenho e submissão do projecto ao CCL e CCPA* – verifica-se se o projecto está de acordo com a realidade do distrito e se podem resolver os problemas da localidade; a idoneidade dos proponentes, se são ou não residentes e conhecidos pela estrutura local; se pode gerar benefícios a localidade.
- *Fase do encaminhamento dos projectos aprovados ao CCD* – após a aprovação pelo CCL os projectos são encaminhados para a ETD onde são revisados e emite-se um parecer quanto ao cumprimento dos requisitos e dos montantes a alocar por projecto.
- *Fase da aprovação do projecto*- em colaboração com a ETD, CCL e chefe do PA, o CCD aprova os projectos focalizando os objectivos do financiamento.
- *Fase do financiamento*- exige-se a documentação necessária para assinatura do contrato e a posterior efectua-se o desembolso.

Contudo a recolha de informação relacionada com os critérios de selecção dos beneficiários não abrangeu os mutuários, daí que houve a necessidade de captar o nível de compreensão destes a respeito dos critérios de atribuição.

A tabela nº9 apresenta a percepção dos mutuários a respeito da forma como obtiveram o financiamento e o ano da aprovação do projecto:

**Tabela 9:** *Forma de obtenção de financiamento em função da Data*

			Como obteve o financiamento		Total
			atraves de uma carta	atraves de plano ou projecto de negocio	
Data do financiamento	2008	Count	8 3,3%	232 96,7%	240 100,0%
	2009	Count	0 ,0%	16 100,0%	16 100,0%
	2010	Count	34 66,7%	17 33,3%	51 100,0%
Total		Count	42 13,7%	265 86,3%	307 100,0%

**Fonte:** Adaptado pelo Autor: *dados resultantes dos inquéritos realizados em Boane*

Observando a tabela nº9 é possível notar a divergência em termos da forma como obtiveram o financiamento, visto que dos 307 inquiridos, 13,7% afirma que obteve o financiamento através de uma carta enquanto 86,3% correspondente a 265 inquiridos afirma ter obtido o financiamento por via de um plano de negócio.

Esta disparidade de informação demonstra a falta de consciencialização e sensibilização dos mutuários acerca dos procedimentos metodológicos que orientam o funcionamento do OIIL, o que por sua vez, acaba afectando por exemplo, no reembolso do mesmo conforme veremos nos capítulos seguintes.

Em relação ao tempo que os mutuários levaram para serem financiados, a partir da fase da submissão dos projectos ao CCD até ao desembolso dos valores, constatou-se que dos 307 inquiridos, 68,1% foram financiados num intervalo de 6 meses, 24,1% levaram 12 meses e 7,8% tiveram que esperar 18 meses para serem financiados o que significa que existe a possibilidade de se submeter o projecto num ano e ser financiado no ano seguinte, conforme a tabela nº10:

A pesquisa teve como amostra apenas as associações financiadas de 2008-2010 e, constatou-se que as associações constituem um dos critérios de elegibilidade automática. No entanto, considerando que os projecto OIIL são em última instância aprovados ao nível do GD tendo em conta as prioridades do distrito, constatamos que este critério não tinha enquadramento para este

distrito. O distrito de Boane não possui o Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital (PEDD) e Plano Económico e Social e Orçamento Distrital (PESOD), instrumentos constituem a base de planificação distrital o que, mostra uma incompatibilidade em termos do papel do OIIL na promoção do desenvolvimento distrital.

Em relação aos critérios de elegibilidade para beneficiar do OIIL, não ficou clara a identificação de que define estes critérios porque apesar de os projectos terem sido aprovados ao nível local, alguns chegam a ser reprovados ao nível da ETD. Há inconsistência entre a elegibilidade do beneficiário e a aprovação do projecto, mais concretamente acerca do poder de decisão sobre quem deve e quem não deve ser financiado isto porque está convencionado que os OLE constituem a chave para a escolha do beneficiário.

Constatamos também que o SDAE e a ETD são as entidades governamentais responsáveis por fazer o acompanhamento da implementação dos projectos financiados pelo OIIL; Mas o trabalho de campo apurou que este trabalho não é feito de forma contínua e sistemática devido a constrangimentos de ordem financeira. Estas equipas só têm oportunidade de fazer trabalhos de monitoria quando o distrito recebe visitas do governo ou de ONG's. Não encontramos relatórios de acompanhamento dos projectos implementados. Este dado justifica o baixo nível de reembolso porque não existe nenhum acompanhamento aos mutuários.

**Tabela 10:** *Duração do financiamento*

			Tempo para ser financiado			Total
			1- 6 meses	1 - 12 meses	1 - 18 meses	
Data do financiamento	2008	Count	169	57	14	240
			70,4%	23,8%	5,8%	100,0%
	2009	Count	16	0	0	16
			100,0%	,0%	,0%	100,0%
	2010	Count	24	17	10	51
			47,1%	33,3%	19,6%	100,0%
Total		Count	209	74	24	307
			68,1%	24,1%	7,8%	100,0%

**Fonte:** Adaptado pelo Autor: *dados resultantes dos inquéritos realizados em Boane*

No decorrer da pesquisa, constatamos que em Boane os fundos são atribuídos em espécie e não em numerário, isto é, após aprovação dos projectos, os beneficiários fornecem facturas por formas do material necessário para desenvolver o projecto obtidas junto ao seu fornecedor e os valores são transferidos via Sistafe devendo no entanto, estas empresas estarem registados no cadastro do próprio Sistafe.

**Tabela 11:** *Formas de atribuição do fundo em função dos Critérios*

	Critérios de selecção de projectos são ideais		Total
	sim	nao	
Forma de atribuição do fundo	121 39,4%	186 60,6%	307 100,0%
Total	121 39,4%	186 60,6%	307 100,0%

**Fonte:** Adaptado pelo Autor: *dados resultantes dos inquéritos realizados em Boane*

Quando as empresas não têm o cadastro, o próprio governo distrital efectua o desembolso e comunica aos beneficiários o local onde devem proceder o levantamento do material para a implantação do projecto. Entretanto, pode-se notar que dos 307 inquiridos, 60,6% dos beneficiários não concorda com a forma de atribuição em espécie, conforme a tabela nº 11 mostra.

#### 4.2.4 – Contribuição do OIIL no Desenvolvimento Rural Endógeno

Barquero (1998), ao dar relevância a sociedade civil no processo de organização social, defende que:

*O desenvolvimento endógeno é um paradigma que parte da ideia básica de que o sistema produtivo dos países cresce e transforma-se utilizando o potencial de desenvolvimento existente nos territórios, isto é, nas regiões e cidades, mediante os investimentos concretizados pelas empresas e entidades públicas, debaixo do controle das comunidades locais e tomando como meta derradeira a melhoria do nível de vida da população desses mesmos territórios (Barquero, 1998: 55).*

O carácter endógeno ou exógeno do desenvolvimento é definido pela origem interna ou externa dos recursos mobilizados para a ampliação da produção e do bem-estar. Se estes recursos são

carreados à comunidade desde fora, então o desenvolvimento é exógeno. Diferentemente, se os recursos mobilizados são de propriedade de habitantes da região ou são propriedade colectiva da comunidade regional, então o desenvolvimento é endógeno.

Mas, segundo Paiva (2006):

*Ainda que os capitais externos passem a constituir a maior parcela dos recursos produtivos aplicados, o desenvolvimento continuará sendo endógeno se – e somente se – estes aportes externos não se tornarem a condição sine qua non do desenvolvimento, mas persistirem no papel de meros alavancadores de um potencial que se estrutura sobre bases internas e que se imporia – ainda que num outro ritmo e padrão – mesmo com a cessação daqueles aportes (Paiva, 2006: 6).*

Deste modo, podemos dizer que um determinado processo de desenvolvimento será tão mais endógeno quanto mais os processos de inovação e acumulação forem definidos, controlados e seus frutos apropriados por agentes internos, se a inovação e o investimento são determinados por agentes internos o desenvolvimento será endógeno, não obstante contar com contribuições marginais de recursos externos (ex: o OIIL em os fundos não são provenientes comunidades locais mas gestão e definição de prioridades para a sua alocação está sobre o controle das comunidades).

E sempre que este processo de integração com o exterior for controlado por agentes internos e determinado pelos seus interesses, o desenvolvimento decorrente do mesmo é, em todos os sentidos, endógeno.

A presente pesquisa teve como hipótese a seguinte: *a institucionalização do OIIL contribui para impulsionar a dinâmica da economia rural através da criação de novos postos de empregos e potencialização dos já existentes;*

No decorrer do trabalho de campo constatou-se que a atribuição de fundos aos distritos constitui um aspecto a ter-se em consideração no processo do desenvolvimento rural endógeno e o OIIL, através da geração de rendimentos, produção de alimentos e criação de novos postos de empregos e potencialização dos já existentes, desempenha um papel importante para o melhoramento das condições de vida da população rural no distrito de Boane.

Deste modo, não se pode afirmar que esta configuração do espaço rural é um fato novo ou que a actividade produtiva deixou de integrar o mundo rural. A grande mudança consiste na perda da importância das actividades agrícolas na geração de emprego e renda. Nesse sentido, segundo Silva (1999), a novidade consiste na ideia de que o meio rural não pode mais ser associado apenas à produção agrícola e o aparecimento de novas actividades nesse espaço estaria introduzindo um conjunto de novas funções, especialmente aquelas ligadas às ocupações não agrícolas da população rural.

No distrito de Boane, dos 307 inquiridos que representam as 14 associações que constituem a amostra, 34,6% desenvolvem projectos agrícolas, 60,3% desenvolvem projectos ligados a pecuária e 5,2% para projectos de indústria local (veja a tabela nº12):

**Tabela 12:** *Tipos de projectos implementados*

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid agricola	106	34,5	34,5	34,5
pecuaria	185	60,3	60,3	94,8
industrial local	16	5,2	5,2	100,0
Total	307	100,0	100,0	

**Fonte:** Adaptado pelo Autor: *dados resultantes dos inquéritos realizados em Boane*

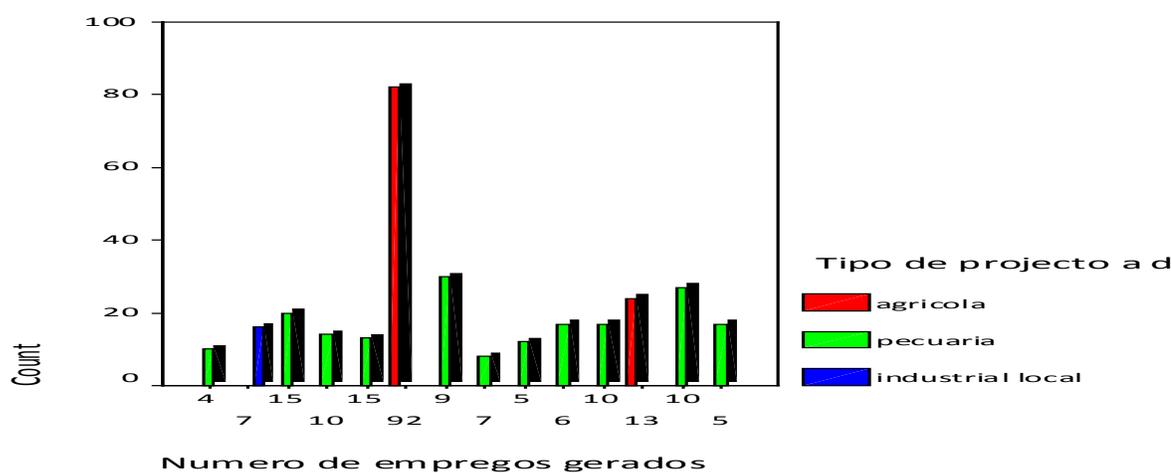
As entrevistas mostram que em termos de preferências por parte dos mutuários, estes dão primazia a actividade pecuária comparativamente a agricultura e indústria local razão pela qual os projectos de pecuária representam 60,3% do total desenvolvido no período em análise, e apesar de termos cerca 34,5% de projectos agrícolas, estes não são significativos pelo facto de depender de condições climáticas (ex: chuvas que podem fertilizar ou inundar os solos para a pratica da agricultura) o que muita das vezes acaba afectando negativamente na sustentabilidade dos projectos de natureza agrícola.

Partindo de princípio que os objectivos estratégicos do OIIL são a geração de rendimento, emprego e produção de alimento e olhando para a natureza dos projectos financiados, pode-se considerar que um dos objectivos que é a produção de alimentos está em decadência visto que os

projectos agrícolas, apesar de terem uma percentagem de 34,5%, são prioridade de Governo e não preferência por parte dos mutuários conforme a tabela nº1 nos mostra que das 14 (catorze) associações financiadas de 2008-2010, 11 (onze) são de natureza pecuária, 1 (uma) de industria local e apenas 2 (duas) de natureza agrícola, razão pela qual, em Boane, o objectivo que visa a produção de alimentos no âmbito do OIIL tem uma reduzida aplicação o que fundamenta mais uma vez a ideia da pluriactividade como factor de transformação rural.

Em relação a geração de rendimento e emprego, pode-se considerar que o OIIL tem um efeito positivo na geração de rendimento e emprego o que valida a hipótese acima anunciada (veja o gráfico nº4):

**Gráfico 4:** *Tipo de projecto em função do Numero de empregos gerados*

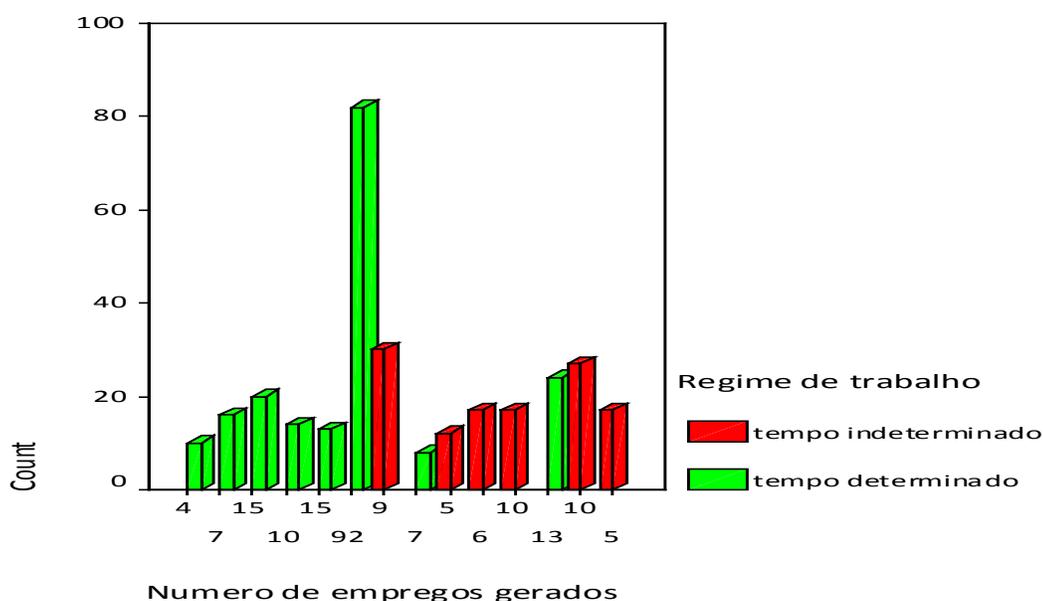


**Fonte:** Adaptado pelo Autor: *dados resultantes dos inquéritos realizados em Boane*

O único projecto de indústria local gerou 7 (sete) postos de emprego, os 2 (dois) projectos de agricultura geraram 105 (cento e cinco) postos de emprego e os restantes 12 (doze) projectos de pecuária geraram 96 (noventa e seis) postos de emprego. Isto significa que os 14 (catorze) projectos financiados (com um nº global de 307 membros) pelo OIIL geraram cerca de 208 (duzentos e oito) novos postos de empregos. Estes dados indicam que o OIIL tem resultados na geração de rendimento e criação de emprego em Boane.

Deste modo, pode-se notar que os 2 (dois) projectos agrícolas financiados conseguiram produzir maior número de empregos em relação aos 12 (doze) projectos de natureza pecuária, isto porque o valor de financiamento de uma das associações agrícolas (1.065.765,48 mts) representa o somatório do valor financiado a aproximadamente 9 (nove) associações de natureza pecuária. Apesar de se ter gerado cerca de 208 (duzentos e oito) novos postos de emprego, é importante analisar a sustentabilidade do regime do emprego gerado (veja o gráfico nº5):

**Gráfico 5:** *Regime de trabalho em função do Número de empregos gerados*



**Fonte:** Adaptado pelo Autor: *dados resultantes dos inquéritos realizados em Boane*

A análise dos dados mostram que, dos cerca de 208 (duzentos e oito) novos postos de empregos gerados, 21,6% são de regime indeterminado (quanto a duração considera-se contrato de trabalho por tempo indeterminado aquele que não teve da final estabelecida pelas partes) enquanto que 78,3% são a tempo determinado (o contrato de trabalho por tempo determinado, é aquele em que no momento de sua celebração, tem seu termo final estabelecido pelas partes). O emprego a tempo determinado é predominante no distrito, isto porque segundo os membros do CCD, esta predominância constitui a maior aposta dos empregadores porque são facilmente dispensáveis e substituíveis, bastando para tal que seja pago o tempo de trabalho e geralmente são de natureza sazonal.

Ademais, estes empregos não exigem formação específica daí que 78,3% dos empregados com trabalho de natureza sazonal aprendem no local de trabalho. Nos projectos agrícolas, têm sido comum contratar só para trabalhar durante a sacha e lavoura e não na sementeira ou na colheita. Deste modo, consideramos que o nível de emprego ainda esta para além do desejado visto que os empregos sazonais constituem uma maioria (78,3%) e não verificamos casos de auto-emprego.

**Tabela 13:** *Relação entre tipo de trabalho e regime de trabalho*

			Regime de trabalho		Total
			tempo indeterminado	tempo determinado	
Tipo de trabalho	agricultor	Count	43	120	163
		% of Total	14,0%	39,1%	53,1%
	funcionario publico ou privado	Count	19	13	32
		% of Total	6,2%	4,2%	10,4%
	comerciante formal ou informal	Count	33	21	54
		% of Total	10,7%	6,8%	17,6%
	outros	Count	25	33	58
		% of Total	8,1%	10,7%	18,9%
Total		Count	120	187	307
		% of Total	39,1%	60,9%	100,0%

**Fonte:** Adaptado pelo Autor: *dados resultantes dos inquéritos realizados em Boane*

A tabela nº13 demonstra que dos 39,1% inquiridos com regime de trabalho a tempo indeterminado, 14% são agricultores, 6,2% são funcionários públicos ou privados, 10,7% são comerciantes e 8,1% fazem outros tipos de trabalho; dos 60,9% com regime de trabalho a tempo determinado, 39,1% são agricultores, 4,2% são funcionários públicos ou privados, 6,8% são comerciantes e 10,7% fazem outros tipos trabalhos.

Tomando em consideração os três objectivos do OIIL e de modo a verificar de que forma estes contribuem para o combate a fome, desemprego e para o bem-estar das populações rurais do distrito de Boane, notamos que dos 307 inquiridos, 33,2% afirmou que o OIIL contribui através da geração de rendimento, 32,9% concordam que o OIIL contribui através da criação de emprego e 33,9% defendem que a contribuição do OIIL é notória na produção de alimentos (veja a tabela nº13):

**Tabela 14:** *Formas de combate ao êxodo rural*

	Como o OIIL combate a fome e desemprego			Total
	geracao de rendimento	producao de comida	criacao de emprego	
OIIL combate o exodo rural	sim	Count		
		102	104	101
		33,2%	33,9%	32,9%
Total	Count	102	104	101
		33,2%	33,9%	32,9%

**Fonte:** Adaptado pelo Autor: *dados resultantes dos inquéritos realizados em Boane*

A produção de comida aparece como o objectivo com maior percentagem de resposta positiva (33,9%) mas durante a pesquisa, notamos apenas 2 (dois) projectos direccionados para este objectivo. Os inquiridos concordam no que diz respeito a contribuição do OIIL no combate ao êxodo rural, visto que segundo eles, o OIIL traz uma oportunidade de manter a população no seu lugar de origem a desenvolver alguma actividade rentável sem necessariamente ter que se deslocar para outras regiões.

Contudo, a contribuição do OIIL na promoção do desenvolvimento rural endógeno não se reserva ao combate ao êxodo rural e geração de empregos, mas também alarga-se a mudanças para o bem-estar da população local em resultado dos rendimentos obtidos.

**Tabela 15:** *Mudanças após beneficiar-se do OIIL*

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid outros	4	1,3	1,3	1,3
aumentou volume de producao e comercializacao de alimentos	49	16,0	16,0	17,3
melhorou nivel o de vida	117	38,1	38,1	55,4
construiu casa	38	12,4	12,4	67,8
comprou carro, charua ou bois	1	,3	,3	68,1
comecou a poupar dinheiro	49	16,0	16,0	84,0
matriculou os filhos	1	,3	,3	84,4
aumentou o seu rendimento	48	15,6	15,6	100,0
Total	307	100,0	100,0	

**Fonte:** Adaptado pelo Autor: *dados resultantes dos inquéritos realizados em Boane*

A tabela nº14 ilustra o que nos referimos no parágrafo anterior acerca da contribuição do OIIL; Entretanto, pode-se notar que dos 307 beneficiários, 38,1% melhorou o seu nível de vida (por exemplo: na aquisição de electrodomésticos, canalização de água e energia eléctrica), 16% passaram a poupar e também a comercializar alimentos, 15,6% dizem que o OIIL aumentou o seu rendimento sendo deste modo positivo visto que a geração de rendimentos constitui um dos pressupostos fundamentais da existência do OIIL; mas também tivemos 0,3% que adquiriram meio de transporte ou de produção (carro, boi, charrua) e 12,4% conseguiram construir casa.

É de salientar que de acordo com os dados do MAE (2010) o tipo de casa modal é a palhota com pavimento de terra batida com tecto de chapas de zinco e paredes de caniço ou paus conforme mencionamos no perfil do distrito, daí que em resultado de ter-se beneficiado do OIIL, alguns mudaram para casas de parede de blocos com chão de material durável.

Os dados acima, demonstram a contribuição do OIIL no melhoramento das condições de vida da população local, promovendo deste modo o desenvolvimento rural endógeno e a teoria do desenvolvimento endógeno defende que deve-se dar maior relevância a sociedade civil na participação do seu próprio desenvolvimento, e mais do que isso a sociedade civil, e nela compreendida as formas locais de solidariedade, de integração social e cooperação, é considerada o agente principal da transformação sócio-económica a nível local pois uma das chaves do desenvolvimento local reside na capacidade de cooperação dos seus actores.

#### **4.2.5 – Nível do Reembolso e Sustentabilidade do OIIL**

Neste subcapítulo, procuramos validar a segunda hipótese avançada na pesquisa segundo a qual: *O baixo nível de reembolso por parte dos mutuários afecta negativamente a sustentabilidade do OIIL, pondo em causa o seu papel de promotor de desenvolvimento rural.* A Agenda 21 (Amadora, 2012) apresenta como um dos principais fundamentos da sustentabilidade o fortalecimento da democracia e da cidadania, através da participação dos indivíduos no processo de desenvolvimento, combinando ideais de ética, justiça, participação, democracia e satisfação de necessidades.

Segundo o Relatório Brundtland, um relatório elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criado em 1983 pela Assembleia das Nações Unidas, a definição mais usada para o desenvolvimento sustentável é:

*O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração actual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais (Brundtland, 1983).*

Os empréstimos concedidos no âmbito do OIIL têm um pressuposto, o reembolso. Aos reembolsos são acrescidos taxas de juros sobre o valor global do financiamento dependendo muito da natureza do projecto a desenvolver. Os projectos de natureza agrícola tem uma taxa de juros de 5%, pecuária 8%, serviços, industrial local e outras actividades tem a taxa fixa de 10%, o que segundo os membros do CCD, esta redução para projectos agrícolas esta relacionada as adversidades que a actividade possui (veja tabela nº1).

No distrito de Boane, dos 307 inquiridos, apenas 40,7% dos mutuários pertencentes a 5 (cinco) associações das 14 (catorze) beneficiários é que efectuaram o reembolso parcial, e as restantes 9 (nove) associações que compõem 59,3% dos mutuários não reembolsaram totalmente o valor, conforme a tabela abaixo nos indica:

**Tabela 16: Reembolso do Financiamento**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid sim	125	40,7	40,7	40,7
nao	182	59,3	59,3	100,0
Total	307	100,0	100,0	

**Fonte:** Adaptado pelo Autor: *dados resultantes dos inquéritos realizados em Boane*

Nos três anos em análise, para as 14 associações foram desembolsados cerca de 3.355.839,26 (*três milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e trinta e nove meticais e vinte e vinte e seis centavos*); Entretanto, o valor reembolsado (veja tabela nº1) foi de 385.747,00 (*trezentos e*

oitenta e cinco mil, setecentos e quarenta e sete meticais) tendo deste modo ficado por reembolsar 3.274.638,09 (três milhões, duzentos e setenta e quatro mil, seiscentos e trinta e oito meticais e nove centavos).

A equação em baixo demonstra a determinação do nível do reembolso:

**VF** – Valor do

Financiamento  $\approx$  **3.274.638,09**

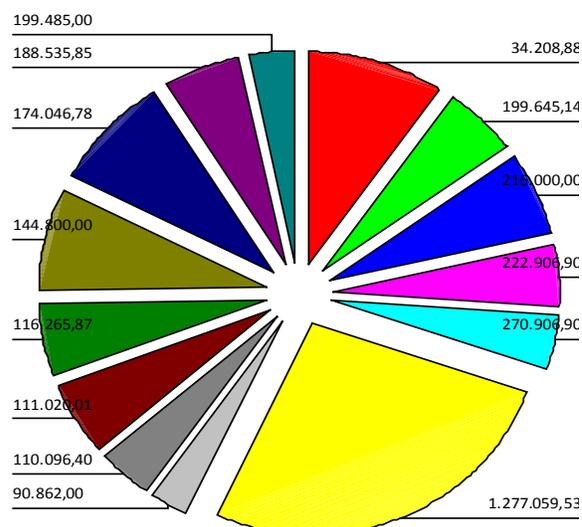
**VR** – Valor do Reembolso  $\approx$  **385.747,00**

**PR** – percentagem do Reembolso  $\approx$  ?

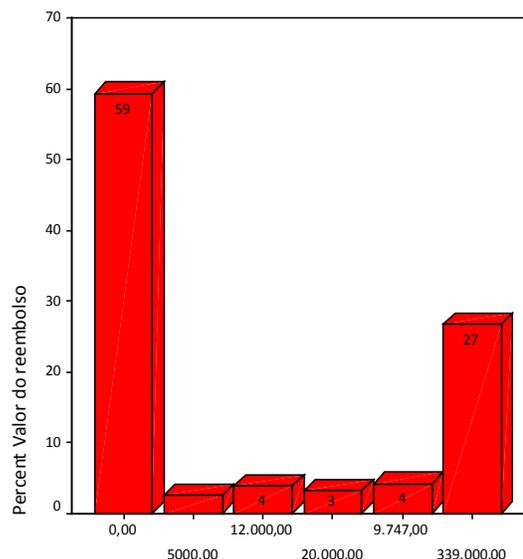
$$PR = \frac{VR}{VF} \times 100 = \frac{385.747,00}{3.274.638,09} \times 100 = \mathbf{11,77\%}$$

O gráfico n° 6 demonstra de forma clara os valores alocados por cada associação e o gráfico n° 7 demonstra os valores reembolsados por apenas cinco (05) das catorze associações que se beneficiárias do OIIL, com destaque para a união geral ( pintada de amarelo no gráfico n°6) que teve maior assim como apresenta maior valor reembolsado:

**Gráfico 6: Valor do Financiamento**



**Gráfico 7: Valor do Reembolso**



**Fonte:** Adaptado pelo Autor: dados resultantes dos inquéritos realizados em Boane

Nenane (2007) defende que a escassez do crédito nas zonas rurais constitui um dos principais impedimentos ao desenvolvimento rural e Osumane (2008) defende que o papel das micro-finanças através da disponibilização de recursos financeiros para micro-empresendimentos contribui para o desenvolvimento rural. Estes autores não levam em consideração a questão da sustentabilidade do crédito através do nível do reembolso.

Das 14 associações que foram financiadas, apenas as seguintes reembolsaram os valores:

**Tabela 17:** *Associações que reembolsaram o financiamento*

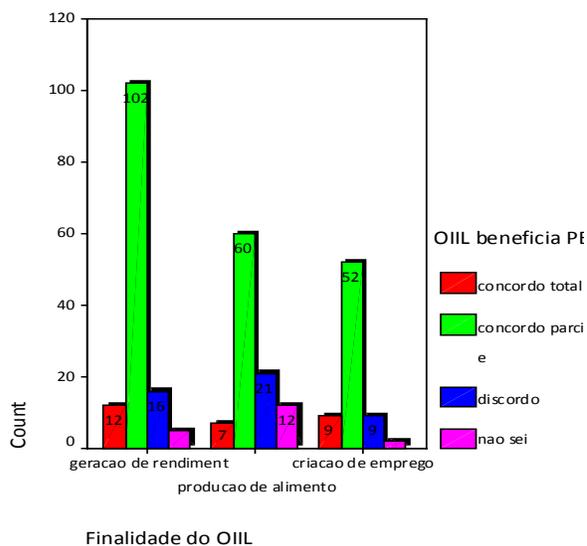
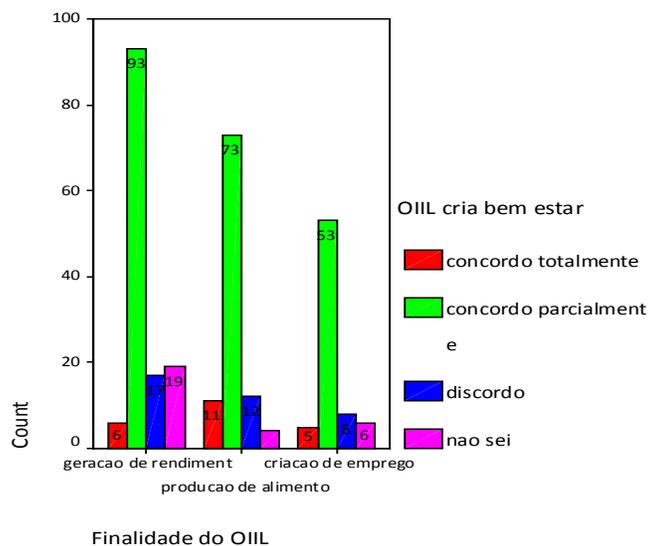
NOME E NATUREZA DA ASSOCIAÇÃO	VALOR RECEBIDO	VALOR REEMBOLSADO	% DO REEMBOLSO
União geral – Agrícola	1.277.059,53	339.000,00	26,5%
Kanimambo – Pecuária	199.485,00	20.000,00	10%
Rosalina Dide – Pecuária	270.906,90	9.747,00	3,59%
Marien Nguabi – Pecuária	110.096,40	12.000,00	10,8%
Aprosal – Pecuária	90.862,00	5000	5,50%

**Fonte:** Adaptado pelo Autor: *dados resultantes dos inquéritos realizados em Boane*

Através dos dados acima descritos, pode-se considerar que o nível de reembolso continua muito a baixo do esperado, isto porque de acordo com os membros da CCD, a falta de medidas coercitivas aliado a falta de honestidade por parte dos mutuários afecta negativamente no nível do reembolso o que por sua vez põe a causa a sustentabilidade do OIIL alterando deste modo a sua lógica de crédito.

#### 4.2.6 - Percepções dos Mutuários sobre o OIIL

A institucionalização do OIIL tem como bases fundamentais, três objectivos estratégicos que são a produção de alimento, geração de renda e criação de postos de emprego. Deste modo, houve a necessidade de identificar as percepções dos mutuários em relação a estes objectivos de modo a medir o seu nível de conhecimento; Para tal os gráficos nº 8 e 9 descrevem cada objectivo e nível de percepção acerca da finalidade do OIIL por parte dos mutuários:

**Gráfico 8:** Finalidade do OIIL em função do benefício a PEAs**Gráfico 9:** Finalidade do OIIL em função da Criação do bem-estar

**Fonte:** Adaptado pelo Autor: *dados resultantes dos inquéritos realizados em Boane*

Dos 307 inquiridos, 44% responderam que a finalidade do OIIL é de gerar rendimentos, 32,6% a produção de alimentos e 23,5% a criação de emprego. Em relação a geração de rendimento, 3,9% concordam totalmente que o OIIL beneficia a PEA's (pessoas economicamente activas) mas que não tem crédito bancário, 33,2% concordam parcialmente, 5,2% discordam e 1,6% não sabem; Em relação a produção de alimentos, 2,3% concordam totalmente, 19,5% parcialmente, 6,8% discordam e 3,9% não sabem e em relação a criação de emprego, 2,9% concordam totalmente, 16,9% parcialmente, 2,9% discordam e 0,7% não sabem.

No gráfico nº9, a lógica de análise é a mesma, onde do total dos 307 inquiridos, 7,5% concordam totalmente que o OIIL cria o bem-estar através da geração de rendimento e emprego e produção de alimentos, 71,3% concordam parcialmente, 12,1% discordam e 9,4% não sabem. Estes dados demonstram o fraco nível do conhecimento por parte dos mutuários acerca do finalidade do OIIL, o que por sua vez acaba tendo repercussões no reembolso dos mesmos e por vezes desvio de aplicação, afectando deste modo na sustentabilidade do fundo.

## Conclusão

O objectivo da pesquisa foi de analisar o papel do OIIL na promoção do desenvolvimento rural endógeno do distrito de Boane no período entre 2008-2010. Uma das vantagens que facilitou o alcance deste objectivo, foi o facto de o distrito ter uma base de dados que contem informação relevante dos mutuários de forma organizada em anos e tipos de projectos assim como dos contactos dos mutuários apesar de alguns se encontrarem fora da área, o que constituiu uma mais-valia para a viabilidade da pesquisa.

O grande constrangimento deste fundo tem a ver exactamente com o baixo nível de reembolso dos valores alocados por parte dos beneficiários visto que estes, por falta de monitoria e avaliação, por um lado percebem mal a iniciativa governamental (o valor é alocado a título de empréstimo) e por outro, ignoram a necessidade de reembolsar o fundo chegam até a fazer desvio de aplicação ou alegam terem sido vítimas de causas naturais o que em contrapartida, põe em causa o sucesso destes projectos dado que é medido pelo nível do reembolso.

Portanto, é possível verificar que do total de financiamento (**3.274.638,09**), apenas **11,77%** foi reembolsado e cerca de **88.3%** do valor ainda continua na posse dos mutuários, pondo em causa a rotatividade do crédito o que no entanto valida a hipótese segundo a qual, o baixo nível de reembolso por parte dos mutuários afecta negativamente na sustentabilidade do OIIL, pondo em causa o seu papel de promotor de desenvolvimento rural, daí que chegamos a conclusão de que o OIIL, por não ser sustentável, ainda não funciona como promotor do desenvolvimento rural endógeno devido ao baixo nível de reembolso verificado.

Em termos quantitativos, é possível verificar que foram criados cerca de 208 novos postos de empregos dos quais, 45 de regime indeterminado e 163 a tempo determinado não tendo se verificado casos de auto-emprego. Em termos qualitativos, verifica-se a existência de predominância do emprego sazonal sem muitas bases de sustentabilidade e de curta duração razão pela qual, questionamos o facto de se considerar o nível de emprego gerado como um indicador de desenvolvimento rural endógeno.

Os resultados validam parcialmente a hipótese avançada segundo a qual *a institucionalização do OIIL contribui para impulsionar a dinâmica da economia rural através da criação de novos postos de empregos e potencialização dos já existentes*, visto que apesar de ser ter cumprido com um dos objectivos estratégicos do OIIL que é a geração de emprego, estes empregos são de baixa qualidade dado o seu carácter sazonal e não sustentável.

Assim, chegamos a conclusão de que o OIIL constitui uma estratégia de dinamização da economia rural assim como de promoção de associativismo, participação e envolvimento da população local no processo de desenvolvimento através da descentralização e desconcentração de competências, criando deste modo condições para desenvolvimento rural endógeno, atendendo que este, permitiu a introdução do processo participativo na gestão dos recursos através dos conselhos locais aprofundando a experiência do processo de descentralização e desconcentração da gestão dos recursos públicos, razão pela qual, concluímos que o OIIL, embora não seja sustentável, é endógeno e integrado e funciona como agente de mudança social.

Deste modo, recomendamos que futuros estudos ou pesquisas desenvolvam análises com vista a compreender até que ponto o OIIL leva a mudança social, de que forma se repercute o processo de proletarianização do campesinato e em que medida a pluriactividade no contexto do OIIL pode ser vista como um factor de transformação rural.

## Bibliografia

- AMARAL FILHO, Jair. *Desenvolvimento Regional Endógeno em um Ambiente Federalista. In: Planeamento e Políticas Públicas*. IPEA, Brasília, 1996.
- BOISIER, Sérgio E. *Sociedade Civil, Participacion, Conocimiento y Gestion Territorial*. Santiago de Chile, 1997.
- BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica*. F. Alves, Rio de Janeiro, 1977.
- CASTEL – BRANCO, CARLOS NUNO. *Desafios do Desenvolvimento Rural em Moçambique, Contributos Críticos*. IESE, Maputo, 2008.
- CALCAGNO, E. *Evolución y actualidad de los estilos de desarrollo. Revista de la CEPA*. N1 42, 55-67, 1990.
- CARNEIRO, Maria José. *Ruralidade na Sociedade Contemporânea: Uma Reflexão Teórico-Metodológica*, 2000.
- CASTEL – BRANCO, CARLOS NUNO. *Estratégias para Acelerar o Crescimento Económico em Moçambique: Reflexões Sobre a Dinamização da Economia Rural*, Maputo, 1996.
- CORDOVIL, Francisco. *Desenvolvimento rural e conservação do campo, Dinamica-Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica*, Lisboa, 1997.
- COVAS, Augusto Gil. *Ajustamento, Diversificação e Desenvolvimento Rural*. Direcção Geral de Desenvolvimento Rural. Lisboa, 1997.
- CALATRAVA REQUENA, J. *Actividad agrária y sustentabilidad en el desarrollo rural*. In: RAMOS, E. L. y VILLALÓN, J. C. (eds.) *Hacia un nuevo sistema rural*. MAPA. Madrid, 1995.
- FRIEDLAND, William H. *Agricultura e Ruralidade: Iniciando A “Separação Definitiva?”*, Washington DC, 2000.
- GIL, António Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999
- GUZMÁN CASADO, G.; GONZALES de MOLINA, M.; SEVILLA, E., *Introducción a la Agroecología como Desarrollo Rural Sostenible*. Madrid: Mundi-Prensa, 2000.

GUAMBE, Dina. *O Micro-Crédito No Âmbito Do Orçamento De Investimento Em Iniciativa Local (OIL) : os casos dos Distritos de Boane, Moamba e Namaacha*. Maputo, 2009. 54 f.(folhas). Trabalho de Fim de Curso (Licenciatura em Economia) – UEM.

JOSSAI, Alexandre Dantiel. *Políticas de Desenvolvimento – Impacto Sócio-Económico da Política do Distrito Como Pólo de Desenvolvimento: O Caso do Distrito de Nacala (1997-2007)*, Maputo, 2008. 60 f. (folhas). Trabalho de Fim de Curso (Licenciatura em Economia) – UEM.

KAGEYAMA, Ângela. *Os Rurais e os agrícolas de São Paulo no Censo de 2000. Cadernos de Ciências e Tecnologia*, Brasília, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 3ª Edição. Editora Atlas S.A, São Paulo, 1991.

LANGA, Flora. *O Fundo dos OIL: Que Estratégias para a Promoção do Distrito?* Maputo, 2009. 53 f.(folhas). Trabalho de Fim de Curso (Licenciatura em Economia) – UEM.

LONG, van der, PLOEG, J.D. *Endógenous Development: Practices and Perspectives In: Born from within: practice and perspectives of Endógenous Rural Development*, The Netherlands, 1994.

LOPES, A. S. *Desenvolvimento regional*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1980.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento regional: problemática, teoria, modelos*. 3. ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987.

\_\_\_\_\_. *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009 (PARPA II)* .Maputo, 2006.

MAÚSSE, Miguel Aurélio. *Pobreza, Participação e Desenvolvimento Rural em Moçambique: Estudo de Caso na Localidade de Chijinguire*, Maputo, 2009.

MATOS, Maria Cristina. *Desenvolvimento Rural: Questões Conceptuais e Ensinaamentos de Experiências no norte de Portugal*. Porto, 1991.

MARTINS, Gilberto de Andrade. *Manual para Elaboração de Monografias e Dissertações*. 2ª ed. Editora Atlas S.A, São Paulo, 2000.

MARTINS, Pedro. *A Pobreza Urbana em Portugal*. Coimbra, 2008

MPD- Ministério de Planificação e Desenvolvimento. *EDR – Estratégia de Desenvolvimento Rural*. Conselho de Ministros, Maputo, 11/09/2007.

MPD.2009. *Informação Sobre Execução do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIL)*, 2007 – 2008.

MPD- Ministério de Planificação e Desenvolvimento. *EDR – Estratégia de Desenvolvimento Rural*. Conselho de Ministros, Maputo, 11/09/2007.

MAE- Ministério de Administração Estatal – DNPDR- Direcção Nacional de Promoção do Desenvolvimento Rural – *XVI Conselho Coordenador - Orçamento de Investimento de Iniciativa Local, Balanço: 2006 – Junho 2010*, Maputo, 03 -05/11/2010.

MAE- Ministério de Administração Estatal – *Perfil do Distrito de Boane, Província de Maputo*, 2005

METIER - Consultoria e Desenvolvimento. *Análise da Execução do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local*, Maputo, 2009.

NGUENHA, Francisco Julião. *O Papel do Extensionista Rural no Desenvolvimento das Comunidades – O Caso da Cooperativa 25 de Setembro no Distrito de Boane*. Maputo, 2007. 48 f.(folhas). Trabalho de Fim de Curso (Licenciatura em Sociologia) – UEM.

NENANE, Martins Miocho. *A Problemática do Crédito Agrícola no Contexto do Desenvolvimento Rural: Necessidades, Implicações e Alternativas*, Maputo, 2007. 59 f.(folhas). Trabalho de Fim de Curso (Licenciatura em Economia) – UEM.

OSSUMANE, Ana Cristina Garcia Vicente. *Micro-Finanças e Desenvolvimento Rural: O Caso da Cooperativa de Crédito dos Micro-Empresários de Angónia*, Maputo, 2008. 50 f.(folhas). Trabalho de Fim de Curso (Licenciatura em Economia) – UEM.

OAKLEY, P.; GARFORTH, C. *Guide to extension training*. Rome: Food and Agriculture Organization of The United Nations, 1985.

PAIVA CARLOS ÁGUEDO. *Como Identificar e Mobilizar o Potencial de uma Região para o Desenvolvimento Endógeno*: Fundação de Economia e Estatística (Documentos FEE, N 59), Porto Alegre, 2006.

PEREIRA, Tânia. O Papel das Associações Agrícolas na Promoção do Desenvolvimento Local em Moçambique (2001-2007): o caso da Associação Samora Machel no Distrito Urbano IV, Cidade de Maputo. Maputo, 2007. 69 f.(folhas). Trabalho de Fim de Curso (Licenciatura em Sociologia) – UE.

PEZINNI, M. *Cultivating regional development: main trends and policy challenges in OECD regions*. OECD, Paris, 2003.

PRODEZA – *Projecto de Apoio ao Desenvolvimento Rural na Zambézia, 2007*.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e Democracia: a experiencia da Itália Moderna*. Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2000.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa Social: Métodos e Tecnicas*. 3ª Edição. Editora Atlas S.A, São Paulo, 2008.

SPECTOR, Nelson. *Manual para a Redacção de Teses, Dissertações e Projectos de Pesquisa*.

SACHS, J. *O fim da pobreza*, sl, Casa de Letras, 2006.

SCHNEIDER, Sérgio. *Da Crise Da Sociologia Rural á Emergência da Sociologia da Agricultura: Reflexões a Partir da Experiência Norte-Americana*, Brasília, 1997.

SAMBO, Book. *Extensão Rural – Estudo de Caso no Distrito de Magude*, Maputo, 2003. 52 f.(folhas). Trabalho de Fim de Curso (Licenciatura em Sociologia) – Universidade Eduardo Mondlane.

SAMBO, Book. *Estratégias de Desenvolvimento Rural: Sucessos e Retrocessos*, Maputo, 2008..

SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso*. In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.), 2006

SCHNEIDER, S. *Teoria social, agricultura familiar e pluriactividade*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 51, São Paulo, 2003.

SOUSA FILHO, J.R. *Desenvolvimento Regional Endógeno, Capital Social e Cooperação*, 1 disponível em: <http://www.yorku.ca/ishd/LEDCD.SP/Links%20bq/68-Desenvolvimento-regional-endógeno-capital-social-coopera.pdf>, acesso 10 de Abril de 2011.

STOHR, W. “*Regional economic development and the world economic crisis*”. In: *Papers of the Regional Science Association*, [s.l.], v. 112, p. 187-196. 1987.

SILVA, M. “*Contribution à la définition d’un style méditerranéen de développement*” In : *Estudos de Economia*. ISE, v. 4, n. 1, Lisboa, 1983.

SILVA, J. G. da. “*Local sustainable development: a new challenge for underdevelopment countries*” In: *XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Rio de Janeiro,, 1999.

VALÁ, Salim Crípton. *Dilemas e Desafios do Desenvolvimento Rural em Moçambique: Como criar riqueza através da capacitação do Homem e das Instituições*, Maputo, 2006

VALÁ, Salim Crípton. *Desenvolvimento Rural em Moçambique: Um Desafio ao Nosso Alcance*, Maputo, 2010.

VASQUEZ, Barquero António. *Desarrollo local. Uma Estrategia de Creacion de Empleo*, ed. Piramide, Madrid, 1988.

YUNUS, Muhammad. *O Banqueiro dos Pobres*. Oeiras, Difel, 2007

[www.cm-amadora.pt](http://www.cm-amadora.pt). Desenvolvimento Sustentável - C.M. Amadora. Página visitada em 17 de Maio de 2012

ANEXOS

<b>NUMARAÇÃO</b>	<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>CARGO</b>	<b>DATA DE ENTREVISTA</b>
<b>Entrevista nº 1</b>	Governo distrital de Boane	Secretário Permanente	14/12/2011
<b>Entrevista nº 2</b>	Direcção Nacional de Promoção do Desenvolvimento Rural	Técnica	10/01/2012
<b>Entrevista nº 3</b>	Ministério de Planificação e Desenvolvimento	Técnico	13/01/2012
<b>Entrevista nº 4</b>	Serviços Distritais de Actividades Económicas	Técnica	14/12/2011
<b>Entrevista nº 5</b>	Equipe Técnica Distrital	Membro	15/12/2011
<b>Entrevista nº 6</b>	Equipe Técnica Distrital	Membro	15/12/2011
<b>Entrevista nº 7</b>	Conselho Consultivo Local	Vogal	16/12/2011
<b>Entrevista nº 8</b>	Conselho Consultivo Local	Porta-voz	16/12/2011
<b>Entrevista nº 9</b>	Conselho Consultivo Local	Membro	16/12/2011
<b>Entrevista nº 10</b>	Conselho Consultivo Local	Chefe	16/12/2011

**ANEXO II – GUIÃO DE ENTREVISTA**

**Guião de entrevista para Membros do Conselho Consultivo**

- 1- Na sua perspectiva, o que é o OIIL?
- 2- Em que contexto surge?
- 3- Quais são os objectivos do OIIL?
- 4- Como são seleccionados os beneficiários? Enumere os critérios se existirem?
- 5 - Quais os procedimentos para selecção dos projectos?
- 6 - Existem dificuldades na selecção dos projectos assim como dos beneficiários?
- 7 - Quantos projectos foram submetidos a aprovação e quantos foram aprovados no período de 2008-2010?
- 8- Destes, quantos geraram rendimentos, quantos produziram alimentos e quantos criaram emprego?
- 9 - Quem são os potenciais beneficiários? Na sua maioria são homens, mulheres, jovens, idosos?
- 10 - Os membros do conselho consultivo podem se beneficiar do fundo? Qual é o critério?
- 11 - Como é feita a selecção e aprovação dos projectos?

**Guião de entrevista para Governo Distrital (equipe técnica distrital)**

- 1- Na sua perspectiva, o que é o OIIL?
- 2- Em que contexto surge?
- 3- Quais são os objectivos do OIIL?
- 4- Como são seleccionados os beneficiários? Enumere os critérios se existirem?
- 5 - Quais os procedimentos para selecção dos projectos?
- 6 - Existem dificuldades na selecção dos projectos assim como dos beneficiários?
- 7 - Quais as dificuldades que encontram no desembolso do crédito?
- 8 - Quantos projectos foram submetidos a aprovação e quantos foram aprovados no período de 2008-2010?
- 9- Destes, quantos geraram rendimentos, quantos produziram alimentos e quantos criaram emprego?
- 10- Quem são os potenciais beneficiários? Na sua maioria são homens, mulheres, jovens, idosos?
- 11 - Tem havido reembolsos do crédito? Qual é a percentagem por ano?
- 12- Os funcionários do governo distrital podem se beneficiar do fundo? Qual é o critério?
- 13 - Como é alocado o crédito aos beneficiários? Em espécie, numerário ou outros? Explique.
- 14 - Como são geridos os reembolsos efectuados?
- 15 - Como é feita a pré-avaliação dos projectos?
- 16 - De que forma prestam acompanhamento e apoio técnico aos beneficiários na execução dos projectos?
- 17 - Qual é o balanço que faz de todo o processo em termos de ganho para a população local.

**Guião de entrevista para funcionários do MPD, MAE ( DNPDR)**

- 1- Na sua perspectiva, o que é o OIIL?
- 2- Em que contexto surge e quais são os objectivos do OIIL?
- 5 - Quais as instituições que estão envolvidas na gestão do crédito?
- 6 - Existem dificuldades na monitoria e avaliação dos projectos?
- 7- Os funcionários públicos podem se beneficiar do fundo? Qual é o critério?
- 8 - Como é alocado o crédito aos beneficiários? Em espécie, numerário ou outros? Explique.
- 9 - Como são geridos os reembolsos efectuados?
- 10 - Como é feito o processo monitoria e capacitações dos beneficiários, membros do CCD e as comissões técnicas de avaliação de projectos?

**ANEXO III – MODELO DO INQUÉRITO**

ANÁLISE DO PAPEL DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DE INICIATIVA LOCAL (OUIL) NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL ENDÓGENO NO DISTRITO DE BOANE NO PERÍODO ENTRE 2008-2010			
IDENTIFICAÇÃO TÉCNICA			
INQUIRIDOR .....	DATA.../.../...	Nº DE INQUERITO.....	HORA DE INICIO. FIM.....
<b>Inquérito Dirigido aos Beneficiários do OUIL – Orçamento de Investimento de Iniciativa Local</b>			
INSTRUÇÕES			
O questionário é anónimo. Ninguém saberá o que cada um responde, por-isso é importante conhecer a sua opinião. Não precisa escrever o seu nome porque apenas estamos interessados nas suas ideias. É do nosso interesse que indique com sinceridade o que sabe e o que o que pensa acerca do OUIL e lembre-se que as suas respostas são confidenciais. Não haverá nenhum nome escrito e os dados obtidos com a tua colaboração voluntária serão usados apenas em percentagens, números e comentários gerais.			

**Secção I – Características/ perfil do(a) entrevistado(a)**

1. Quantos anos tem?.....( escreve aqui a tua idade)
2. Qual é o teu sexo? (marcar com um X no [    ])
  - 1-[    ] Feminino
  - 2-[    ] Masculino
3. Qual é o teu nível académico?.....( escreve aqui o teu grau ou ano)
4. Qual é o teu estado civil? (marcar com um X no [    ])
  - 1-[    ] Solteiro(a)
  - 2-[    ] Casado(a)
  - 3-[    ] Divorciado(a)
  - 4-[    ] viúvo(a)
  - 5-[    ] Mora com o/a parceiro(a)
5. Trabalhas ou fazes alguma coisa que te dá rendimento?
  - 1-[    ] Sim
  - 2-[    ] Não
6. Que tipo de trabalho tu fazes?
  - 1-[    ] Agricultor
  - 2-[    ] Pescador
  - 3-[    ] Funcionário público/privado
  - 4-[    ] Comerciante formal/informal
  - 5-[    ] Outros ( especificar).....
7. Qual é o teu agregado familiar? .....( escreve aqui número)
8. És o único que traz rendimento para casa?
  - 1-[    ] Sim
  - 2-[    ] Não
9. Se não, quem são os outros que trazem rendimento?
  - 1-[    ] Marido/Mulher
  - 2-[    ] Filhos
  - 3-[    ] Pai/Mãe
  - 4-[    ] Avó/Avô
  - 5-[    ] Outros ( especificar).....

**Secção II – Perspectivas e Percepções gerais sobre o OUIL**

10. Abaixo estão algumas afirmações. Responde para todas as frases o quanto tu CONCORDAS ou DISCORDAS de cada uma delas. (Para cada frase marque um X ao lado do número na resposta que tu escolheste)

	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Discordo	Não sei
a. O OUIL contribui para criar empregos.	1-[    ]	2-[    ]	3-[    ]	4-[    ]

b.O OIIL permite gerar rendimentos. 1- [ ] 2-[ ] 3-[ ] 4-[ ]

c.O OIIL facilita a produção de alimentos. 1-[ ] 2-[ ] 3-[ ] 4-[ ]

d.O OIIL beneficia a todos os interessados. 1-[ ] 2-[ ] 3-[ ] 4-[ ]

e.O OIIL está a desenvolver o distrito. 1-[ ] 2-[ ] 3-[ ] 4-[ ]

11. Está ligado a uma associação? (marcar com um X no [ ])

1-[ ] Sim ► passa para pergunta 12

2-[ ] Não ► passa para pergunta 13

12. Se sim, qual é a natureza da associação? (marcar com um X no [ ]. *Podes escolher mais de uma resposta*)

1-[ ] Agrícola

2-[ ] Pecuária

3-[ ] Turística

4-[ ] Industrial local

5-[ ] Comercial formal/informal

6-[ ] Outras ( especificar).....

13. O que acha desta iniciativa do Governo em atribuir fundos aos distritos? (marcar com um X no [ ])

1-[ ] Muito boa porque ajuda no desenvolvimento rural

2-[ ] Boa porque ajuda em alguma coisa

3-[ ] Não muda nada e nem faz diferença

4-[ ] Não é boa iniciativa porque é crédito

14. Qual é a finalidade deste fundo? (marcar com um X no [ ]. *Podes escolher mais de uma resposta*)

1-[ ] Geração de rendimentos

2-[ ] Produção de alimentos

3-[ ] Criação de emprego

4-[ ] Construção de casas

5-[ ] Construção de estradas e hospitais

6-[ ] Mobilar a casa

6-[ ] Lobolar

7-[ ] Auto-consumo

8-[ ] Outras ( especificar).....

15. Desde quando é beneficiário do OIIL?..... (escreve aqui o ano)

16. Quanto tempo levou até ser financiado?..... (escreve aqui o tempo)

17. Como obteve o financiamento do OIIL? (marcar com um X no [ ])

1-[ ] Através de uma carta de pedido de financiamento

2-[ ] Através de pedido oral no conselho consultivo local e governo distrital

3-[ ] Através de apresentação de um plano/projecto de negócios

4-[ ] Outras ( especificar).....

18. Qual é a forma de atribuição do OIIL? (marcar com um X no [ ])

1-[ ] Numerário

2-[ ] Espécie

3-[ ] Outras ( especificar).....

19. Qual é o valor de seu financiamento?..... (escreve aqui o valor)

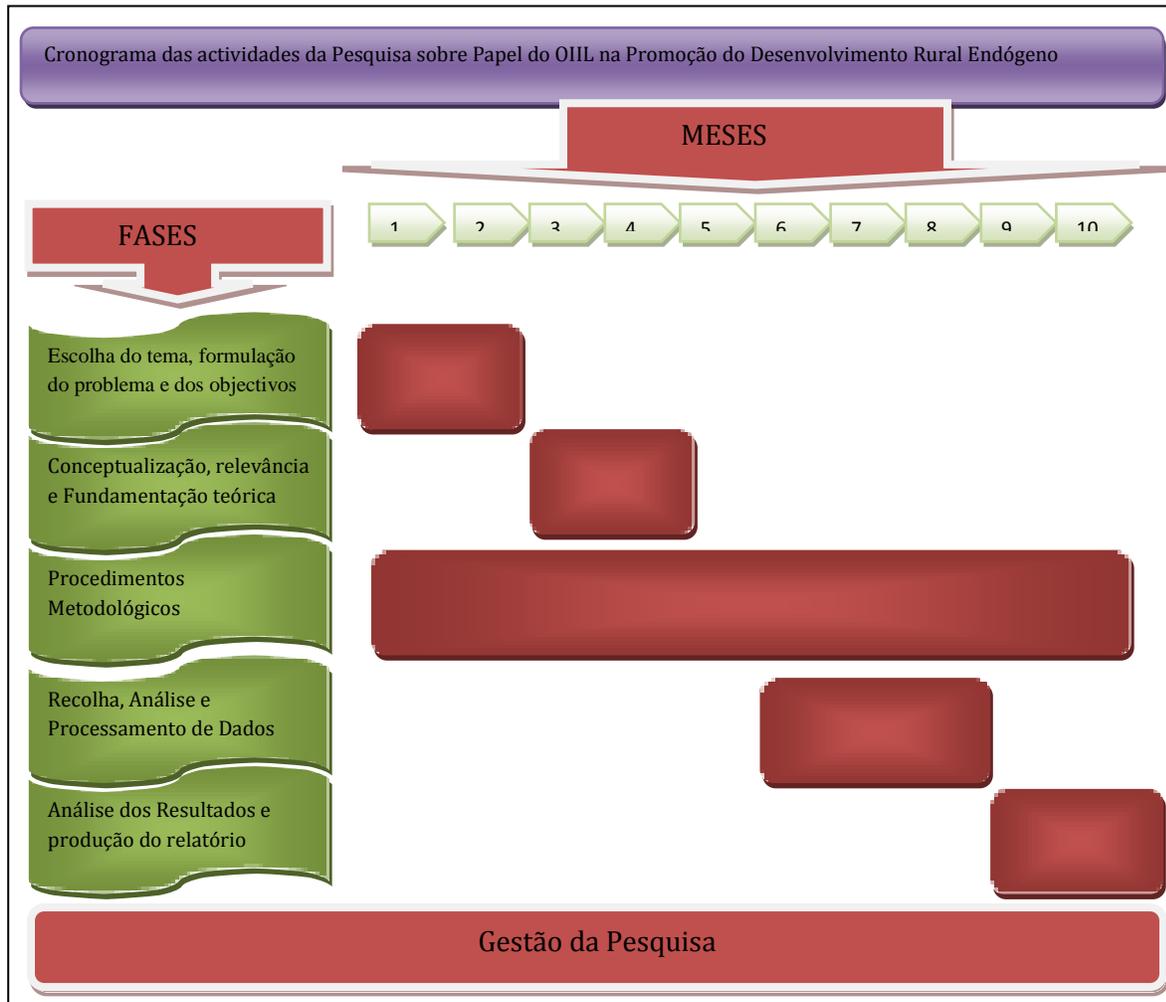
20. Já reembolsou o financiamento? (marcar com um X no [ ])

- 1-[  ] Sim                   ▶ passa para pergunta 21
- 2-[  ] Não                   ▶ passa para pergunta 22
21. Qual é o valor que foi reembolsado? .....(marcar o valor )
22. Acha que o OIIL está a ajudar no combate a pobreza rural?
- 1-[  ] Sim
- 2-[  ] Não
23. Acha que os critérios usados para seleccionar os projectos são ideais? (marcar com um X no [  ])
- 1-[  ] Sim
- 2-[  ] Não
24. De que forma o OIIL esta a combater a pobreza rural? (marcar com um X no [  ])
- 1-[  ] Geração de rendimentos
- 2-[  ] Produção de alimentos
- 3-[  ] Criação de emprego
- 4-[  ] Outras ( especificar).....
25. Que tipo de projecto esta a desenvolver? (marcar com um X no [  ])
- 1-[  ] Agrícola
- 2-[  ] Pecuária
- 3-[  ] Turística
- 4-[  ] Industrial local
- 5-[  ] Comercial formal/informal
- 6-[  ] Outras ( especificar).....
26. Emprega trabalhadores e paga salários? (marcar com um X no [  ])
- 1-[  ] Sim                   ▶ passa para pergunta 27
- 2-[  ] Não                   ▶ passa para pergunta 29
27. Quantos trabalhadores tem? ..... (escreve aqui o nº)
28. Qual é o regime do Trabalho?
- 1-[  ] Tempo inteiro
- 2-[  ] Tempo indeterminado
29. De modo geral, o que mudou depois de receber o OIIL? (marcar com um X no [  ]. *Podes escolher mais de uma resposta*)
- 1-[  ] Aumentou o nº de trabalhadores na machamba/empresa/industria local
- 2-[  ] Aumentou o volume de produção e comrcialização de alimentos
- 3-[  ] Melhorou o nível de vida
- 4-[  ] Construi casa
- 5-[  ] Comprei carro/charrua/bois
- 6-[  ] Consegui mobilar a casa
- 7-[  ] Comecei a poupar dinheiro
- 8-[  ] Matriculei os meus filhos
- 9-[  ] Aumentou o meu rendimento
- 10-[  ] Outras ( especificar).....
30. Gostaste de responder este questionário? (marcar com um X no [  ])
- 1-[  ] Gostei
- 2-[  ] Não gostei
- 3-[  ] Detestei
31. Se quiser fazer algum comentário, usa este espaço:
- .....
- .....

**MUITO OBRIGADO! O Pesquisador**

**ANEXO IV – CRONOGRAMA DE ACTIVIDADES**

### Cronograma de Actividades



**ANEXO V – BASE DE DADOS**